



Anais da Assembléia

N.º 88

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 17 DE SETEMBRO DE 1984

ANO X

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA

ATA DA 080ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 17 DE SETEMBRO DE 1984.

(Segunda-Feira)

Presidência do Senhor Deputado Trajano Bastos, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Vasconcellos e Erondy Silvério.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Aírton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Annibelli, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes. (58)

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura das atas das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

MENSAGEM N.º 178/84

Curitiba, 30 de agosto de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva criar, nesta Governadoria, os cargos isolados de provimento em comissão que especifica, bem como alterar a simbologia de cargos já existentes e da mesma natureza de provimento.

O Plano de Lei ora submetido a exame dessa Augusta Casa de Leis consulta aos superiores interesses da Administração, eis que virá dotar os vários setores da Governadoria do Estado, de cargos essencialmente necessários ao bom desempenho dos serviços.

As despesas decorrentes da medida serão, em parte, compensadas com menor demanda na utilização de contra-

tações regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho. Por outro lado, os cargos em comissão em causa, pelas características de provimento de livre escolha e nomeação, guardam maior harmonia com as peculiaridades das atribuições que lhes serão atribuídas e do campo de ação em que irão atuar, levando-se, ainda, em conta o grau de complexidade e responsabilidade das respectivas funções.

Certo de que a proposição merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º — Ficam criados, na estrutura da Governadoria do Estado, os cargos isolados de provimento em comissão, constantes do anexo integrante desta lei.

Art. 2º — Os cargos isolados de provimento em comissão de Chefes dos Escritórios de Representação do Paraná em Brasília e Rio de Janeiro, passam a integrar a simbologia Direção e Assessoramento Superior, com o símbolo DAS-3.

Art. 3º — Os cargos isolados de provimento em comissão de que trata o “caput” do art. 1º, da Lei n.º 7.041, de 21 de novembro de 1978, passam a integrar a simbologia DAS-2.

Art. 4º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Anexo a que se refere o art. 1º.

Nº de Cargos	Denominação	Símbolo
07	Assessor Técnico	DAS-3
02	Assessor	DAS-3
16	Assessor Técnico	DAS-4
22	Assessor	DAS-5
06	Assessor de Comunicação Social	DAS-5
01	Assistente	1-C
12	Assistente	2-C
28	Assistente	3-C
27	Auxiliar Técnico	4-C
57	Auxiliar Técnico	5-C
12	Auxiliar Técnico	6-C
01	Auxiliar	8-C
20	Auxiliar	10-C
05	Auxiliar	14-C

À Diretoria Legislativa

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 199/84, pelo exercício das funções especificadas no “caput” do art. 2º, da Lei n.º 7711/83, o Vice-Governador não perceberá qualquer remuneração, assegurando-se

o direito de opção, exceto nos casos de órgãos de deliberação coletiva.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1984.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, com base no Regimento Interno, Regime de Urgência para a tramitação do Projeto de Lei n.º 223/84, que visa autorizar o Poder Executivo a abrir um crédito especial no valor de Cr\$ 1.433.000.000,00 destinados a atender despesas com pessoal e encargos sociais da FIDEPAR, conforme especifica.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1984.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n.º 210/84, que autoriza abertura de Crédito Especial no valor de Cr\$ 1.350.000.000,00, à Subchefia da Comunicação Social.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1984.

(a) GERNOTE KIRINUS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, o adiamento da Votação do Projeto de Resolução n.º 01/83, por três (03) sessões,

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1984.

(aa) ROBERTO REQUIÃO,
NILSO SGUAREZI e
LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserto nos Anais da Sessão Plenária de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. ANTENOR RIBAS CAMARGO, ocorrido no dia 10 próximo passado.

Requeiro, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1984.

(a) DONATO GULIN

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do senhor Leopoldo J. Kayser, ocorrido dia 10 do corrente no Município de Campo Largo.

Outrossim, aprovado o presente, REQUER seja comunicada a decisão da Casa à família enlutada na pessoa

do Senhor João Leopoldo Kayser, à rua Sete de Setembro, 1501, naquela cidade.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1984.

(a) ACIR MEZZADRI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja consignado na ata da sessão de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Comendador Dr. Wallace Pina, de tradicional família princeninha deixando os seguintes filhos: Dr. Artur Cesar Pina e Leila Marina Pina, ocorrido nesta manhã, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1984.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata, de "voto de profundo pesar", pelo falecimento do Sr. WALLACE PINA, Diretor Presidente da Rádio Difusora de Ponta Grossa e da Pina Imóveis.

O lamentável fato abalou de forma profunda a sociedade pontagrossense, onde gozava de grande prestígio, pelo dinamismo e espírito empreendedor que lhe eram característico. Ponta Grossa perdeu não só o amigo, mas o profissional dedicado às causas mais nobres daquela comunidade.

Desta decisão, requer, ainda, seja dado ciência aos seus familiares através do seguinte endereço: Rua VX de Novembro, 433 — Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1984.

(a) ODENI MONGRUEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após o Plenário, formular apelos veementes aos Presidentes da Câmara Federal e do Senado da República, e às lideranças partidárias do PDS, PMDB, PTB, PDT e PT, respectivamente Deputados Nelson Marchezan, Freitas Nobre, Celso Peçanha, Bocaiuva Cunha e Airton Soares, no sentido de que, o estatuto das Microempresas, encaminhado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, possa ser aprovado, com alterações julgadas necessárias, pois é reclamo generalizado de nossa sociedade.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1984.

(a) FRANCISCO ESCORSIN

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado abaixo assinado, com base no art. 134 § 1.º, inciso VI do Regime Interno, REQUER que, após deliberação do soberano Plenário deste Legislativo, conste da ata da sessão de hoje um voto de louvor à Diretoria, Professoras, alunos e pais de alunos do COLÉGIO PROF. JOÃO RICARDO VON BORELL DU VERNAY, pela brilhante iniciativa na realização do movimento que integra a comunidade àquele educandário.

Situado no bairro Uvaranas, na cidade de Ponta

Grossa, o referido colégio tem como Diretora Kazuko Inove, a qual não tem medido esforços no sentido de não só aprimorar o ensino, como também, estender aos alunos e familiares a possibilidade da participação recíproca com o corpo docente na análise e busca de soluções para os problemas, quer das crianças como da comunidade em geral.

Pais e mães são orientados pela "Escola de Pais" na educação de seus filhos e ajudam dando palestras aos alunos sobre problemas gerais e atuais, ouvindo suas dúvidas e compartilhando com eles suas experiências.

Através de reuniões entre pais e mestres, vão surgindo novas idéias que, postas em prática, resultam em excelentes e práticos métodos para a valorização do aluno.

A meta prioritária tem sido alcançar as crianças menos favorecidas financeiramente, dando-lhes oportunidades até então negadas.

Na área didática, foi abolida a aquisição de livros e a adoção de textos produzidos pela própria escola tem contribuído sobremaneira para que o aluno, em sua maioria carente, não seja prejudicado e possa acompanhar a contento o aprendizado.

As alunas de Magistério orientam os alunos da 5ª série do 1º Grau, que sentem dificuldades para aprender, colaborando assim com a implantação do projeto para recuperação dos mesmos.

Uma vez por semana, O COLÉGIO PROF. JOÃO RICARDO VON BORELL DU VERNAY, através da criação de um programa de esportes, dá acesso às crianças de rua, tentando assim derrubar as barreiras existentes pela rejeição às mesmas pela sociedade, no sublime objetivo de estender-lhes amor e também dar-lhes a chance de integrarem-se junto à comunidade.

A escola ainda possui uma horta que, com a orientação das professoras, é plantada e cuidada pelos próprios alunos, através do que, além da complementação da merenda, recebem noções técnicas de horticultura e adquirem senso de preservação da natureza.

Direção, mestres, pais e alunos, juntos trabalham na busca da realização dos anseios da comunidade.

Realmente, a iniciativa tem sido vitoriosa e inédita. Merecem portanto nossa admiração e nosso louvor.

Requeiro que cópia do presente expediente seja enviado à Diretoria, Professoras, Pais e Alunos do COLÉGIO PROF. JOÃO RICARDO VON BORELL DU VERNAY.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1984.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido Plenário, seja consignado um voto de congratulação ao paranaense Dr. José Carlos Gomes de Carvalho, pela posse da nova Diretoria da Associação Brasileira dos Distribuidores de Veículos Automotores — ABRAVE.

Solicita outrossim, seja dado ciência do inteiro teor deste ao mesmo, à Rua Angatuba n.º 703 — São Paulo — SP.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1984.

(a) NELSON BUFFARA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido Plenário, seja consignado um voto de congratulação ao Dr. Miguel Carlos Riella, pela Presidência da Fundação de Amparo à Pesquisa em Enfermidades Renais e Metabólicas, principalmente por se tratar de entidade sem fins lucrativos o que vem enobrecer ainda mais o trabalho deste que ora a preside; preenchendo assim uma lacuna existente ao atendimento específico em prol do nosso povo paranaense.

Solicita outrossim, seja dado ciência do teor desta ao mesmo à Av. Batel, 1824 — Nesta Capital.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1984.

(a) TUGUIO SETOGUTTE

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão de um voto de congratulações pela posse a ser realizada no próximo dia 20 do corrente, do Sr. José Carlos Gomes Carvalho, na Presidência da Associação Brasileira dos Distribuidores de Veículos Automotores — "ABRAVE".

Tal evento se reveste de significação para o nosso Estado, já que é a primeira vez que um paranaense assume o maior posto desta importante Associação de nosso País.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência à Presidência da ABRAVE.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1984.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, pedido de implantação de Núcleo Regional do Instituto de Assistência ao Menor, em Paranavaí, atendendo reivindicação da comunidade paranavaense que vem desenvolvendo importantes iniciativas nesse sentido.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1984.

(a) OSVALDO ALENCAR FURTADO

JUSTIFICATIVA:

A instalação de um Núcleo Regional do Instituto de Assistência ao Menor, em Paranavaí, viria atender um anseio daquela comunidade que vem prestando serviços assistenciais ao menor carente daquela região, através de nove instituições que oferecem atendimento generalizado e específico, conforme listagem anexa.

Os Núcleos Regionais representam a forma coerente de descentralizar a atuação desse importante órgão assistencial coordenando e oferecendo apoio técnico e logístico às iniciativas comunitárias.

A participação do IAM no Conselho Regional possibilita a articulação desejável na celebração dos convênios administração de verbas bem como na realização da triagem por técnicos especializados.

O Conselho do Núcleo Regional do IAM em Paranavaí, será o articulador do plano de ação para a criação da oficina de orientação para o trabalho.

- Integrando empresa, escola e universidade,
- Incentivando a participação comunitária na solução dos problemas comuns da região,
- Planejando e executando a partir da realidade emergente em recursos humanos e naturais,
- Possibilitando uma efetiva adequação ao plano de desenvolvimento da região e ao contexto cultural que o informa.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Sr. Diretor Presidente do IPE - Instituto de Previdência do Estado, através do Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Administração, objetivando a criação e instalação de uma agência na municipalidade de Quinta do Sol.

A criação e instalação de uma agência deste organismo previdenciário em Quinta do Sol constitui-se sem dúvida alguma, de uma reivindicação das mais importantes, vindo de encontro aos desejos do conjunto do funcionalismo público existente.

Aliado ao próprio processo desenvolvimentista ora verificado naquele município, a abertura de uma agência do IPE eliminará diversos transtornos atualmente encontrados, no que se refere ao atendimento médico.

Eis, pois, os motivos que bem justificam a concretização do pedido ora exposto, que seguramente merecerá dessa Superintendência e Secretaria de Estado da Administração, a necessária avaliação e conseqüente encaminhamento das medidas que possibilitem, no menor espaço de tempo possível, a implantação da pretendida agência do IPE.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa seja oficiado ao Excelentíssimo Sr. Secretário dos Transportes, Deputado Deni Schwartz, solicitando-lhe o estabelecimento de serviço complementar, viagem parcial, com ramal entre os Municípios de Santa Cruz do Monte Castelo e Curitiba, de acordo com o Artigo 53, incisos I e II do Decreto 5246/74, do Regulamento dos Serviços de Transporte de Passageiros do Estado do Paraná, ficando em conformidade com o itinerário: PR-218, BR-277, visando atender a diversas solicitações de usuários que não têm à sua disposição linhas regulares que liguem esta vasta região Noroeste à Capital do Estado.

Por se tratar de antiga aspiração de expressivo contingente demográfico que ainda hoje é forçado a realizar o percurso desde o Rio Paraná, submetendo-se a baldeações, justifica-se plenamente o atendimento ao solicitado que, analisado sob um ângulo maior, viabilizaria melhores condições de acesso à Capital do Estado, inclusive às populações do vizinho Estado do Mato Grosso e que mantém forte intercâmbio socio-econômico com os paranaenses.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1984.

(a) TADEU FRANÇA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista que os proprietários que participaram do Projeto de Eletrificação Rural optarem pelo pagamento para o mês de novembro próximo vindouro, após a colheita agrícola e em razão da forte geada ocorrida em agosto último, a qual frustrou consideravelmente a referida safra, REQUER após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Nelson Friedrich, apelando para que, através do setor competente, sejam anistiadas as dívidas dos referidos proprietários.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1984.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado dos Transportes, objetivando a realização de estudos apropriados no sentido de avaliar as reais condições de se determinar modificações no trevo localizado na Rodovia PR-317 (Campo Mourão - Maringá) que serve de acesso à Rodovia PR-082 no sentido de Quinta do Sol - Fênix.

A PR-317 serve de importante ligação entre os municípios pólos microrregionais, respectivamente Maringá e Campo Mourão, apresentando um movimento de veículos dos mais intensos, devido que aquelas regiões são constituídas de vastas áreas agrícolas, cujo canal que serve como escoadouro, é exatamente aquela rodovia.

O fluxo de veículos é muito grande, e, além do mais, aquela rodovia não é importante porque liga Maringá a Campo Mourão, somente, mas também porque a mesma cruza inúmeros municípios importantes, sendo: Engenheiro Beltrão e Peabiru; e, indiretamente, interliga os Municípios de Terra Boa (através da PR-082 acesso próximo a Engenheiro Beltrão) de Araruna (através da PR-465, passando por Peabiru). Neste sentido, dado ao movimento daquela rodovia, no que diz respeito ao acesso à PR-082 (sentido Quinta do Sol - Fênix) naquele citado trevo, tem ocorrido, ultimamente alguns acidentes bem como riscos envolvendo tanto veículos automotores como pedestres, visto que no local, a poucos metros inicia a faixa perimetral urbana de Engenheiro Beltrão, existindo vários estabelecimentos comerciais, tais como postos de gasolina.

Diante da própria estrutura que forma aquele acesso, o Excelentíssimo Sr. Cícero Vieira Feitosa, Prefeito Municipal de Fênix, enviou correspondência a este Deputado, no sentido de que, conforme o seu relato, essa Secretaria de Estado dos Transportes determine a realização de estudos visando uma reavaliação da sistemática de trânsito naquele local; procurando desta forma detectar possíveis falhas que porventura possam existir, e conseqüentemente, adotar medidas capazes de assegurar a eliminação das deficiências.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o

Plenário, seja oficiada a Bancada de Deputados Federais, pelo Paraná, apresentando sugestões sobre o projeto atinente à Classe dos Contabilistas, que se acha na Comissão de Economia da Câmara Federal, ou seja:

1. Que a escrituração tenha prosseguimento, porém, de maneira simplificada de acordo com o que foi proposto pelo Conselho Federal de Contabilidade.

2. Que se encontre uma fórmula de manter o mercado de trabalho para os contabilistas que, somados aos auxiliares de escritório formam um grande contingente de trabalhadores dependentes das microempresas.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1984.

(a) FERRARI JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Tenho recebido diversas reivindicações de contabilistas do Estado do Paraná, que se encontram preocupados com os desdobramentos do projeto da microempresa.

Considerando que o projeto encontra-se na Comissão de Economia da Câmara Federal, apresentamos algumas sugestões que os contabilistas julgam necessárias.

Segundo os contabilistas, se o projeto for aprovado da forma original proposta, poderá causar danos imprevisíveis principalmente ao erário público.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

SÚMULA:

Requer seja oficiado ao Excelentíssimo Sr. Dr. Tancredo Neves, candidato à Presidência da República pela Aliança Democrática, solicitando-lhe que inclua em suas diretrizes de Governo, a revogação do Decreto-Lei 1216, de 09 de maio de 1972, que dispõe sobre a entrega das parcelas pertencentes aos municípios, produto da arrecadação do ICM, que ora acarreta prejuízos incalculáveis aos Estados e Municípios, em função da defasagem crônica e agravada ainda pela abismante espiral inflacionária do atual modelo de política econômica ditada pelo Governo do Planalto.

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa seja oficiado ao Excelentíssimo Sr. Tancredo Neves, candidato à Presidência da República pela Aliança Democrática, solicitando-lhe que inclua em suas diretrizes de Governo, nova regulamentação na sistemática de distribuição dos recursos pertencentes aos municípios, propiciando-lhes, além da necessária autonomia mediante ampla reforma tributária que lhe... viabilize a retomada desenvolvimentista, critérios específicos para a fixação dos índices de ICM, reduzindo-se de 24 para 12 meses o prazo estipulado para efeito de cálculo, condicionante esta que implicaria em maior atualização quanto ao montante de recursos destinados aos municípios.

Pelos padrões vigentes, além do moroso processamento dos índices de ICM que não se operacionaliza em espaço de tempo inferior a um (01) ano, as parcelas são calculadas com base no produto de arrecadação de outros anos anteriores.

Desta forma, em setembro de 1984, os municípios do Paraná estão recebendo as parcelas de ICM, com base nos cálculos feitos sobre as operações de circulação de mercadorias realizadas em seus territórios... nos anos de 1981 e 1982.

Evidentemente, esta defasagem provoca abismantes diferenças maximizadas pela inflação, entre os valores que tipificam receita e despesa das Prefeituras Municipais, fazendo com que, na maioria dos casos, o ICM, receita vital para a sobrevivência do Município, não chegue a representar o necessário até mesmo para cobrir a folha de pagamento do funcionalismo.

Daí, o recurso à única fórmula de "desenvolvimento", o apelo fatal a empréstimos diretos ou indiretos - o PRAM é ilustração típica - mesmo porque, de outra forma, nada poderia se construir em termos de viabilização concreta e global de progresso comunitário. E como está mais do que provado que progresso sedimentado em empréstimos em dólares não passa de inchaço, faz-se indispensável sepultar o Decreto 1216, para que em seu lugar surja um instrumento que de fato assegure a autonomia municipal.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1984.

(a) TADEU FRANÇA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Sr. Dr. Alceu Conceição Machado, Presidente do Tribunal de Justiça, encarecendo a realização de estudos no sentido de avaliar as reais condições de se proceder a criação e instalação de um Distrito Judiciário no Distrito Administrativo de Rancho Alegre, pertencente à municipalidade de Goioerê.

A localidade de Rancho Alegre apresenta um bom contingente populacional, estes em sua maioria têm suas atividades voltadas fundamentalmente para o setor agrícola e pecuário, além do próprio comércio diversificado representando tal condição o verdadeiro sustentáculo sócio-econômico daquela coletividade.

Esta mesma realidade, cuja expressão em muito contribui para o processo desenvolvimentista do Município de Goioerê, faz com que haja a real necessidade de que as condições existentes naquele meio social sejam revistas, adaptando-as sempre às condições atuais.

No que diz respeito ao setor judiciário, Rancho Alegre, através dos seus diversos segmentos organizados, está reivindicando a criação e instalação de um Distrito Judiciário, pois através da concretização desta reivindicação, serão eliminados grandes transtornos nos dias de hoje vivenciados, tais como a locomoção que precisa ser feita até a sede do Município de Goioerê, por parte dos que necessitam dos serviços judiciários.

Diante da exposição de motivos, aguarda-se desse Tribunal de Justiça, o encaminhamento dos estudos apropriados visando o atendimento da presente reivindicação, que é fora de qualquer dúvida, uma antiga reivindicação do conjunto do povo daquele progressista Distrito Administrativo de Rancho Alegre, notadamente da classe jurídica.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1984.

(a) RUBENS NUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Sr. Diretor Presidente da COPEL - Companhia Paranaense de Energia, através do Excelentíssimo Sr. Secretário do Interior, no sentido de que sejam designados técnicos para procederem a completa revisão de todo o sistema de distribuição de energia elétrica existente na municipalidade de Janiópolis.

O presente requerimento, que este Deputado subscreve, fundamenta-se nas preocupações da comunidade residente no Município de Janiópolis, quanto à situação do sistema de distribuição de energia elétrica. Existe uma série de interrupções sem o breve comunicado e nem tampouco com qualquer justificativa, ocorrendo justamente a ausência de luz, no período que dela mais se precisa, à noite.

Ademais, além de tais fatos, a estrutura daquele citado sistema, é considerada pela comunidade como inadequado, cujas deficiências é que têm sido as responsáveis por tais agravantes situações.

Esta mesma realidade, dada a sua repercussão, provocou em recente reunião do Poder Legislativo Municipal de Janiópolis, o Presidente, Excelentíssimo Sr. Dr. Amauri Montenegro, manifestou, no que foi apoiado unanimemente pelos demais integrantes daquele Poder, a preocupação quanto aos reclamos dos consumidores de energia.

Neste sentido, a manifestação daquela Casa de Leis, seguramente reflete fielmente o comportamento da coletividade de Janiópolis, quanto ao problema ora relatado, e que merecerá, por certo, dessa Secretaria de Estado do Interior e COPEL, a adoção de medidas capazes de proporcionar a eliminação, o mais urgente possível, dos problemas de distribuição de energia.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida a Ilustríssima Sra. Diretora Superintendente da FUNDEPAR - Fundação Educacional do Paraná, através da Excelentíssima Sra. Secretária de Estado da Educação, visando a liberação de recursos financeiros, em caráter emergencial, a serem aplicados na construção de salas de aula em substituição às existentes da Escola Rural Princesa Izabel, localizada na municipalidade de Janiópolis.

A administração municipal de Janiópolis, planejou um trabalho de reestruturação de todas as escolas existentes na zona rural, pois as mesmas, em gestões anteriores, tanto a nível municipal como estadual, deixaram de desenvolver um trabalho de assistência naquele setor.

O pedido de se construir novas salas de aula naquele estabelecimento, é de iniciativa do Excelentíssimo Sr. Neurides Valber Brero, Chefe do Executivo Municipal de Janiópolis, afirma que a realização de tais obras, são imprescindíveis, uma vez que as instalações atualmente existentes não apresentam sequer condições mínimas de continuarem funcionando, uma vez que as mesmas oferecem grande risco às próprias vidas dos estudantes, professores e funcionários.

A ausência de recursos por parte da Prefeitura Municipal daquela cidade, em termos financeiros, faz com que haja a necessidade de que essa Secretaria de Estado da Educação determine o apoio para tal, através da liberação de recursos financeiros.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado dos Transportes, objetivando a liberação de recursos financeiros a serem destinados na aquisição de combustível para o parque de máquinas pertencente à Administração Municipal de Araruna.

De iniciativa do Excelentíssimo Sr. Osvaldo Valarini, Prefeito Municipal de Araruna, este afirma, conforme correspondência remetida, que a liberação de recursos por parte dessa Pasta é imprescindível, uma vez que aquela Administração Municipal não dispõe de recursos orçamentários capazes de corresponder às necessidades do setor rodoviário.

Tendo em vista as próprias características do solo daquela região, arenoso, os cuidados com a conservação e recuperação das estradas exige cuidados muito maiores, notadamente em períodos chuvosos, cuja época propicia facilmente o aparecimento de problemas, ante a desagregação da estrutura da terra.

Atualmente, diversas são as estradas que apresentam sinais de que precisam ser recuperadas com urgência, fato que não tem permitido a realização de trabalhos apropriados para essa finalidade, uma vez da insuficiência de recursos.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado infra-firmado, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER que, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. Nelson Miguel Friedrich DD. Secretário de Estado do Interior, pedindo providências no sentido de ser instalado um sistema de abastecimento de água tratada, em Aparecidinha, Distrito de São Miguel do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1984.

(a) JOSÉ ANTÔNIO FONSECA

JUSTIFICATIVA:

O Distrito de Aparecidinha que está localizado numa região essencialmente agrícola, presta grande contribuição econômica ao Estado do Paraná.

A instalação do sistema de abastecimento de água tratada àquela comunidade, não só irá proporcionar uma prevenção na saúde dos moradores, como será uma questão de justiça a um povo que tem dado grande contribuição no equilíbrio de nossa balança comercial.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes para que, conforme as condições possíveis, dê o devido apoio na realização de obras de recapeamento asfáltico do primeiro acesso rodoviário existente ao longo da PR 317, no sentido de Maringá até o perímetro urbano da Municipalidade de Peabiru.

É sabido que, somente, agora que o conjunto da Administração Municipal de Peabiru, dentro das seus segmentos que formam aquela gestão, vem apresentando o seu verdadeiro reordenamento, tornando-se efetivamente um mecanismo de funcionamento voltado para o atendimento das reais aspirações de sua população; pois num passado muito recente, a Prefeitura daquele Município, sem um mínimo de prioridades, caracterizou-se por comportamentos irresponsáveis, gastos sem nenhum critério, notadamente à realização de obras conhecidas como faraônicas.

Dentro ainda desta linha conjuntural, é imprescindível que se destaque as preocupações de se reverter tão grave situação do passado. No entanto, a Prefeitura Municipal de Peabiru, mesmo ante aos seus esforços de contenção de despesas até processos de eleição, de prioridades, todas sempre, pautando-se essencialmente pelo envolvimento comunitário, continua a enfrentar grandiosas e portanto muito sérias dificuldades, como consequência da concentração excessiva e profundamente injusta de um sistema tributário ora em vigor implantado, sendo essa mesma estrutura uma das inúmeras políticas urgidas do regime instalado nesta Nação, sem o respaldo do povo brasileiro após o golpe militar de 1964.

Naquele Município existem inúmeras problemáticas, cuja solução estão a depender única e exclusivamente da liberação de recursos orçamentários oriundos de outras áreas, pois os cofres a nível municipal, apresentam-se desfavoráveis.

No que diz respeito ao setor rodoviário, a Prefeitura Municipal, que tem na sua chefia o Excelentíssimo Senhor Nelson Proença, existem fatores detectados que estão a exigir a adoção de medidas em caráter emergencial, dado ao seu próprio estágio. De acordo com envio de correspondência remetida por aquele Executivo, atualmente é muito ruim as condições da malha viária que constitui o acesso no sentido de Maringá à sede do Município de Peabiru (primeiro acesso), o qual já tem inclusive proporcionado alguns acidentes.

Ainda relacionado às rodovias, não é somente este o único problema existente. Nas principais ruas e avenidas do centro da cidade de Peabiru o estado que se encontram as mesmas é de muita precariedade. Algumas delas inclusive apresentam buracos de grandes proporções em praticamente toda a sua extensão; o motivo principal do estrago de tais vias, deve-se ao fluxo de veículos que trafegam pelo centro da cidade (sendo esta a única opção) que cruzam em direção para outros municípios circunvizinhos.

A PR 317 liga dois grandes municípios, Maringá à Campo Mourão, passando praticamente pelo perímetro urbano, sendo a mesma utilizada por

motoristas não somente das cidades citadas, mas dos municípios existentes entremeio a PR, além de outros veículos que a utilizam como interligação a outras rodovias direcionadas a outros grandes centros. Portanto, a PR 317, diariamente, recebe um grande número de carros que circulam durante todo o tempo; o Município de Peabiru liga-se ao Município de Araruna, através da PR 465, havendo, também, um grande número de veículos em circulação, dada à sua importância como rodovia; a avenida central que serve de ligação no sentido Araruna-Peabiru-Campo Mourão e Campo Mourão-Peabiru-Araruna apresenta deficiência que comprometem a própria segurança, tanto dos condutores de veículo como a transeuntes.

Enfim, o estado das vias principais do Município de Peabiru é profundamente lastimável, o que tem gerado diversas cobranças por parte da comunidade de um modo em geral no sentido de solucionar tais problemas.

Mas, exatamente, em função da ausência ou insuficiência de recursos orçamentários, já mencionados anteriormente, como reflexo da atual estrutura de tributação, a Prefeitura Municipal de Peabiru não dispõe de condições mínimas de realização das obras que se fazem necessárias.

Neste sentido, tendo em vista que atualmente está sendo desenvolvida a recuperação da PR 317 (antiga reivindicação da comunidade de toda a região do Vale do Piquirivai) cujas obras encontram-se em Peabiru; aproveitando as estruturas existentes (maquinários, material e mão-de-obra) poderia-se então executar o recapeamento das inúmeras vias do centro de Peabiru, sendo que o seu estado deve-se a utilização de toda a região como instrumento de ligação daqueles rincões.

Eis, pois, a exposição de motivos ora mencionados, que seguramente relatam um difícil problema junto à comunidade peabiruense, no que diz respeito ao setor rodoviário em sua faixa perimetral urbana e adjacências, e que por certo merecerá dessa Secretaria de Estado dos Transportes uma pronta avaliação, e, conseqüentemente, o encaminhamento de medidas que venham de encontro às pretendidas reivindicações.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitações oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que seja determinado o cascalhamento da estrada que liga o Distrito de Bela Vista do Ivaí até a Municipalidade de Fênix.

A estrada que liga aquele Distrito Administrativo de Bela Vista do Ivaí à Municipalidade de Fênix, consiste em uma importante via de ligação entre aquelas comunidades. Ao longo do seu percurso existe diversas propriedades rurais, que constituem a básica da economia daquela região, do qual aquela estrada serve como integração de enorme importância.

O estado daquela estrada é bastante ruim, existindo a necessidade de se desenvolver o cascalhamento da mesma, para permitir, por exemplo o tráfego normal e com segurança até mesmo em dias chuvosos,

fato que atualmente não se verifica e que acaba por muitas vezes por isolar algumas áreas lá existentes.

Espera-se portanto, que essa Pasta, dê o necessário encaminhamento ao que ora é reivindicado, vindo o mesmo de encontro aos reais interesses daquele povo laborioso de Bela Vista do Ivaí e Fênix, respectivamente.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial à Ilustríssima Senhora Diretora Superintendente da FUNDEPAR - Fundação Educacional do Paraná, através da Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, no sentido de que sejam liberadas carteiras escolares que serão distribuídas para os estabelecimentos educacionais existentes na zona rural da Municipalidade de Janiópolis.

De iniciativa do Excelentíssimo Senhor Neurides Valber Brero, Prefeito Municipal de Janiópolis, este afirma de fundamental importância a liberação de duzentas carteiras escolares para os estabelecimentos educacionais existentes na zona rural, pois grande parte dos educandos não dispõem de tal imóvel, além de que os existentes não apresentam sequer condições de uso.

Diante da necessidade de se reestruturar o ensino nas regiões agrícolas do Município, a Prefeitura Municipal vem desenvolvendo trabalhos neste sentido, onde um dos primeiros e indispensáveis passos é a própria adequação dos mecanismos materiais, incluindo-se aí, os imóveis, como as carteiras.

Torna-se importante que essa FUNDEPAR e Secretaria de Estado da Educação determine a liberação das carteiras para aquela Administração Municipal, que as distribuirá de acordo com as necessidades apuradas.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

RQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Senhor Deni Lineu Schwartz, D.D. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a pavimentação asfáltica da BR 272, no trecho que liga Campo Mourão a Barboza Ferraz, passando pelo Rio da Várzea, num total de 28 Km, bem como passar a responsabilidade para o Estado, dos serviços de manutenção e conservação do referido trecho, que atualmente é executado pelo Município de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1984.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 230/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído o FUNDO DE TERRAS constituído de imóveis rurais e das terras devolutas

integrantes do Patrimônio do Estado, que estão sem utilização, e ainda imóveis de outras esferas administrativas, que venham a ser incorporados.

§ 1º - O Patrimônio do Fundo de Terras poderá ser acrescido com recursos orçamentários que a ele venham a ser destinados pelo Governo do Estado, além de outros recursos que poderão ser alocados junto ao Governo Federal, Cooperativas, Federações ou Órgãos de Classe ligados ao setor rural, bem como, outros oriundos de convênios com Associações ou demais entidades.

§ 2º - Também serão patrimônio do Fundo de Terras os recursos provenientes das amortizações dos mutuários.

Art. 2º - Todo o Patrimônio que venha constituir o Fundo será utilizado nas ações inerentes à compra e venda de terras, programas de assentamento e reordenamento fundiário, tanto para aqueles patrocinados pelo Governo Estadual, como para aqueles que possam vir a ser patrocinados por outras entidades.

Art. 3º - A operacionalização do Fundo estará vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e será coordenado por uma comissão a ser definida em seu número e de cujo farão parte representantes de órgãos públicos, privados, representativos de entidades de classe ligados à agricultura e pecuária, que definirá a normatização e deliberação das operações do Fundo.

§ 1º - Será responsabilidade da Comissão: avaliação de imóveis, análise técnica dos projetos de exploração dos imóveis, fiscalização da execução desses projetos técnicos aprovados, gestões quando de rescisão contratual ou inadimplência.

Art. 4º - A gestão financeira do Fundo estará a cargo do BANESTADO.

Art. 5º - Poderá candidatar-se à aquisição qualquer cidadão que possua comprovado conhecimento tradição ou experiência nas atividades agropastoris, podendo haver parecer do Sindicato da localidade ou do Engenheiro Agrônomo vinculado ao Sistema Estadual de Agricultura.

Art. 6º - Só serão aprovados projetos agropastoris, proibindo-se a atividade de extração mineral ou vegetal com fins econômicos, estabelecendo-se, limites de área de 15 ha, tanto para aquisição como para financiamento, observadas sempre as determinações do INCRA.

Art. 7º - Cada mutuário somente poderá ser beneficiado uma vez e desde que se comprometa a explorá-lo pessoalmente. Tal não acontecendo poderá haver rescisão contratual.

Art. 8º - A forma de financiamento à área adquirida, obrigatoriamente de uso produtivo, será determinada pelo gestor financeiro do Fundo, estando facultada a negociação para pagamento em moeda corrente ou produtos agrícolas, considerados os preços mínimos fixados pelo Governo Federal nas épocas de ressarcimento das prestações. No caso de pagamento em produtos agrícolas será depositado o mesmo produto em armazém de Cooperativa ou organismo estadual. No caso de rescisão sempre haverá reversão do imóvel ao Fundo de Terras. O gestor financeiro definirá a forma de cobrança no caso de atrasos em pagamentos.

Art. 9º - Em caso de rescisão o adquirente terá direito a receber em retorno a importância já paga, descontando-se as despesas decorrentes, nos mesmos

prazos e condições das prestações amortizadas.

Art. 9º - Os imóveis cedidos por escrituras pública de concessão de uso real, sendo que após o pagamento da última prestação será dada a escritura definitiva.

§ 1º - As transações imobiliárias do Fundo serão gravadas de cláusula de inalienabilidade e impenhorabilidade pelo prazo de 10 anos, exceto para operações financeiras em crédito agrícola que beneficiam o próprio imóvel.

Art. 11 - Não é admitida em nenhuma hipótese a transferência do imóvel para outrem, menos em caso de morte, quando então se os seus herdeiros não desejarem continuar com a exploração, o Fundo de Terras terá a preferência de compra.

Art. 12 - Não haverá a figura de garantia representado pelo aval ou fiança.

Art. 13 - A Comissão que coordenará o programa, com o envolvimento de todos os órgãos do setor público agrícola orientará o tipo de plantio mais conveniente, bem como para toda assistência técnica desejada.

Art. 14 - A venda de terras do Poder Público será dispensada de licitações, pois será realizada com base no artigo 126. § 2º, letra "h" do Decreto de Lei nº 200, de 25/02/67.

Art. 15 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1984.

(a) TÉRCIO ALBUQUERQUE

JUSTIFICATIVA:

Cada vez mais vem causando preocupação crescente a situação de sobrevivência do homem do interior. Certamente o fator mais grave é a falta de apoio governamental que, por suas implicações com sentido negativo, leva ao êxodo rural, orientando as populações interioranas a migrarem rumo às cidades, acabando por gerar o tão conhecido e profundamente chocante drama do favelamento, por sua vez atuando como princípio de toda marginalização social dessas pessoas.

Inegavelmente esse é o caminho para o incremento da criminalidade urbana, bem como para a deterioração da constituição físico-mental das novas gerações advindas desses núcleos, em razão da subnutrição e total ausência dos mais elementares princípios higiênicos.

Urge, pois, que o êxodo rural seja estancado e invertida a sua tendência, pois na medida em que o Poder Público atuar sobre o problema, agilizando mecanismos agrários viáveis, se estará atuando nas suas causas e não sobre as suas consequências. Este êxodo tem sido motivados pelas mais diversas razões, desde aquelas que envolvem apenas e tão somente o desejo de mudança para centros com maior atrativo, representando um cansaço com uma atividade agrícola periodicamente renovada e cheio de percalços até aqueles de procura por terras mais férteis.

Porém, o Poder Público vem a ser o maior causador dos problemas agrários, porquanto em primeiro lugar tem sido ele próprio a construir grandes barragens para usinas hidrelétricas, sempre gerando a formação de lagos, gigantescos, que cobrem terras em pleno uso e extremamente férteis.

Como contrapartida tem havido, tão só a preocupação em se deslocar populações para projetos

de colonização fora do Estado na maioria das vezes, acabando por agredir toda a formação e ambientação psicossocial dos agrupamentos, com graves conotações em cada indivíduo, especialmente considerando-se o profundo sentimento de união e interdependência das famílias que vivem no interior e com uma caracterização de personalidade toda própria.

Em segundo lugar, a Administração Pública não tem envidado esforços suficientes para a constituição de mecanismos que possibilitam a facilidade de concessão de crédito fundiário.

Como terceira consideração, o Poder Executivo tem sido reticente ao tomar decisões que envolvam o facilitar o acesso à terra, por meio de uma ação coordenada de seus órgãos estaduais afetos à área e que teriam a função selecionadora e definidora da operacionalização do fato.

Por outro lado, o ordenamento dessa ação do Poder Público traria por consequência a participação de Instituição do setor agrícola estadual na orientação técnica aos agricultores, pela definição das culturas mais propícias em relação à época e à região.

Creemos que só com uma ação concatenada do Governo Estadual, via a aglutinação de esforços utilizandoos meios fartos existentes, tais como o elenco de terras devolutas e a capacidade do Poder Público em conchamar a ação interessada de outras áreas, podendo-se considerar a federal pública e a privada, será possível obter-se resultados animadores.

É de se pôr fé num projeto com este sentido, pois certamente terá importância fundamental na amenização do problema de falta de terras aos pequenos agricultores com experiência e, que por uma razão ou outra tiveram de abandonar suas áreas de cultivo.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Ervin Bonkoski, inscrito. (Ausente).

Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente, no Grande Expediente concedo a palavra ao Senhor Deputado Francisco Escorsin. (Pausa).

Ausente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Odeni Mongruel. (Pausa).

Ausente concedo a palavra ao Senhor Deputado Rubens Bueno. Declina.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Márcio Almeida. (Pausa).

Ausente, consulto a Liderança do Partido Democrático Social se fará uso do horário que lhe é destinado.

Com a palavra o Senhor Deputado Tércio Albuquerque.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quando no início desta legislatura, a Assembléia Legislativa, por unanimidade, aprovou a criação da CPI para apurar possíveis irregularidades na administração paranaense, o PDS convocado pela liderança, achou por bem que os deputados aprovassem em Plenário a criação da referida CPI.

Iniciado o trabalho os deputados indicados pela Liderança do PDS compareciam, Senhor Presidente e Senhores Deputados, a todas as reuniões onde eram ouvidos os convocados pela CPI, denominada

para apurar irregularidades na administração pública do Paraná.

Mas, as reuniões não transcorreram como diz o papel da referida CPI, viu-se que o intuito do PMDB era mais de promover-se na imprensa paranaense do que de apurar os fatos.

Não concordando com isso a Bancada Pedessista reuniu-se e decidiu, por unanimidade, abandonar o comparecimento às reuniões da referida CPI. Motivo bastante houve para isso, quando alguns jornais antes do encerramento das nossas conclusões já divulgavam os relatórios parciais que os Senhores Deputados encarregados entregavam a aprovação da própria CPI.

Mesmo contrariando o que fora decidido em nossa bancada compareci, quando convocado pelo Deputado Rubens Bueno, os Diretores da BANESTADO REFLORESTADORA que vieram a esta Casa prestar esclarecimentos de possíveis irregularidades havidas na atual administração da BANESTADO, ou seja, na BANESTADO Reflorestadora.

O Líder do meu Partido, Deputado Luiz Alberto Oliveira, e os demais participantes, não cobraram a minha ida, mesmo contrariando uma decisão, porque ali compareci, exclusivamente como autor da denúncia das irregularidades da BANESTADO REFLORESTADORA, e não como representante do meu Partido na minha liderança.

Estou retornando, Senhor Presidente, Senhores Deputados, da minha região Oeste paranaense, coincidentemente, ao comparecer em uma reunião da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, onde tive a honra de ser um de seus membros, a partir de 1973.

Fiquei entarrecido, quando os Vereadores do PMDB em sua maioria, aprovavam para que fosse lido na sessão em que compareci, o relatório encaminhado pelo Senhor Deputado Rubens Bueno, Presidente da CPI que apurou possíveis irregularidades, cujo relator é o Deputado tendencioso, faccioso, Márcio Almeida, que indicado para relatar, com referência à PROMOPAR, o CETRAME de Foz do Iguaçu e o CERTAS de Guaíra, manda um relatório feito com parcialidade, com conclusões as mais terríveis possíveis, na tentativa de desmoralizar um Vereador eleito pelo povo, com uma votação brilhante, o 4.º colocado do meu Partido, entre sete eleitos, e líder da minha Bancada na Câmara Municipal de Foz do Iguaçu. Relatório que não tem nexos e nenhuma comprovação; relatório que não consta sequer uma comprovação.

Eu, agora, acabei de entender definitivamente o porque da retirada do meu Partido: querem os Deputados do PMDB aparecer na imprensa a qualquer custo. Que juntem as provas; a CPI foi constituída para apurar as irregularidades de uma Secretaria de Estado, de um todo, e de uma vez por todas entregue à Presidência da Assembléia Legislativa do Estado, para encaminhar à autoridades competente, porque acredito até que o trabalho de uma CPI tem que ser sigiloso, para que a autoridade policial ou do Judiciário competente, possa trabalhar em cima dos fatos.

E nós não podemos admitir que o Deputado Rubens Bueno praticasse o que acaba de praticar contra um cidadão eleito pelo povo e que não teve o direito de ser ouvido até agora, nem pela CPI, nem pela polícia do Governador José Richa. E nós como membros da Assembléia Legislativa pedimos

ao Deputado Trajano Bastos, Presidente, para que mande à CPI da Corrupção um regulamento, para que ela funcione bem e não politicamente, porque ela tem demonstrado a ser facciosa, a ser parcial.

Concedo aparte ao nobre Deputado Erondy Silvério.

O Sr. Deputado Erondy Silvério - Muito obrigado a Vossa Excelência. Eu gostaria que Vossa Excelência informasse se houve por parte da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu solicitações neste sentido, ao Deputado Rubens Bueno.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE - Pelo que consta não há nada, nem pedido oficial da Câmara Municipal.

O Sr. Erondy Silvério - Isso é uma leviandade, vem comprovar que eu estava coberto de razões quando eu pedi ao líder de nossa bancada, Deputado Luiz Alberto Oliveira, aí desta Tribuna, para que a Bancada do PDS não emprestasse a sua presença, a legalidade de uma farsa, como é essa CPI da Corrupção da Assembléia Legislativa do Paraná.

Disse bem Vossa Excelência que o que queriam e o que querem os Deputados do PMDB, componentes nesta Comissão, é justamente aparecer. Aparecer em televisões, em jornais, como motivo de noticiário político, exatamente isto, porque o que se observa é justamente aquilo que é contrário ao espírito de uma CPI. Porque uma CPI é uma Comissão Parlamentar de Inquérito encarregada de apurar irregularidades que não puderam ser pronunciadas publicamente, senão depois da coisa ser transitada e julgada pela justiça de nossa terra, e o que nós estamos vendo é um espetáculo de primeira, onde essa CPI joga a honra das pessoas ao léu como se isso nada valesse. Causa repulsa, causa revolta que um Parlamentar venha a esta Casa, servindo do escudo do mandato para tripudiar sobre adversários políticos, exatamente o que está ocorrendo. E também não se concebe a leviandade do Deputado Rubens Bueno Presidente da CPI, em enviar uma correspondência desta à Câmara Municipal de Foz do Iguaçu sem haver sido, jamais poderia enviar qualquer documentação antes que os assuntos ali ventilados, tratados, os interrogatórios transitassem e fossem julgados; que apontassem, efetivamente, a culpa das pessoas envolvidas e possíveis casos de corrupção. Mas por ouvir dizer que houve corrupção, se jogar a honra das pessoas publicamente como fez o Senhor Deputado Rubens Bueno é inaceitável. Se é como Vossa Excelência relatando, Vossa Excelência está coberto de razões. Causa realmente repulsa, causa asco até, a gente verificar que homens públicos se portem desta maneira, sem nenhuma dignidade, sem nenhum apreço pela pessoa humana. Eu até custo acreditar que isso tenha acontecido, meu caro Deputado Tércio Albuquerque.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE - Eu agradeço a Vossa Excelência, Deputado Erondy Silvério, seu aparte veio, sem dúvida nenhuma, abrilhantar nosso pálido pronunciamento desta tarde.

Antes de continuar, eu, com muito prazer, concedo aparte ao nobre Deputado Gabriel Manoel.

O Sr. Gabriel Manoel - Deputado Tércio Albuquerque, não

é de estranhar Deputado, porque o que muda é o rótulo, a cachaça é a mesma. Veja Vossa Excelência se o ilustre Deputado Rubens Bueno, amigo dos frentistas, se hoje ele ataca alguém da Frente que está apoiando Tancredo Neves no Paraná. Ontem, Sarney era ladrão, era o latifundiário, ladrão de terra. Hoje, é o homem que se coaduna com o destino do Deputado Rubens Bueno. De maneira que o que muda é a coleira, a cachorrada é a mesma. Deputado Tércio Albuquerque, os homens que ontem nos atacavam, os homens que ontem fizeram uma frente fria, estão de "cama e mesa" com o pessoal do PMDB. Onde está a corrupção do Deputado Rubens Bueno? Onde está a ética e o estilo político, Deputado Tércio Albuquerque, desta gente que não quer, a não ser iludir o povo? Que venham a dizer o que diziam do Sarney, que venham a dizer o que diziam das diretas; o Armando Falcão que cassou o nobre e ilustre Deputado Alencar Furtado, que dê a ética desta gente que vai à praça pública falar para as diretas, e hoje estão todos irmanados com um só pensamento, com os corruptos de ontem, com os homens que nada fizeram pela nossa Pátria, com o Vice-Presidente da República, o vendilhão da corte. Estão abraçados, vão para o comício.

Hoje, o governador da Bahia, o ex-governador da Bahia é o melhor homem do mundo, para esta gente que nos fazem citar um ditado: "digas com andas, e dirte-ei quem és". Os homens da matilha de cães, que andavam por aí a latir em nome de uma democracia participativa, onde estão esses homens, que hoje descaradamente vêm à Assembléia falar pelas diretas de ontem, e hoje estão participando do Colégio Eleitoral.

É isto aí, povo do Paraná. É isto aí que eles querem. É promoção, Deputado. Perdoem fazer um discurso paralelo, mas, o povo há de julgar os homens, como o Deputado Rubens Bueno, que não tem autenticidade. Homem que ontem criticava os frentistas do Paraná, e hoje, de braços abertos, já são os heróis, são os homens do Brasil: José Sarney, os traidores que foram para o esgoto, Deputado Tércio Albuquerque, a história se repete, e esses homens não têm mensagem, esses homens não têm conteúdo, esses homens não querem nada mais, a não ser achincalhar o povo. Esses homens que brigam por causa do comando político, Deputado Tércio Albuquerque, que tanto criticava, hoje eles brigam por causa do comando político. Brigam à tapa, agridem seus companheiros, e logo vilipendiam os prefeitos dos próprios companheiros. O que será de nós, povo do Paraná, os autênticos democratas, os homens como Vossa Excelência, que estão na trincheira da democracia.

Temos que dizer um basta, e o povo há de julgar. A história do Paraná há de julgar esses que transitoriamente vieram para a Assembléia Legislativa, para tapear. Exigimos do presidente da corrupção que diga a verdade, que fale a verdade, sem demagogia, e que Vossa Excelência não precise, Deputado Tércio Albuquerque, vir aqui para defender uma causa justa. Onde está a justiça dos homens que gastaram milhões de cruzeiros, pelas diretas - já? Onde está a justiça desta gente? Haveremos de cobrar, Sr. Deputado; nesses dois anos de mandato junto com a valorosa Bancada do PDS, para que derrubem a máscara dos mascarados das diretas - já, que gastaram o dinheiro do povo no Paraná e no Brasil para trazer

o povo às ruas e exigir as diretas, e depois ir ao Colégio Eleitoral, para esta farsa, Deputado.

Meus parabéns, e haveremos, Deputado Tércio Albuquerque, de estar aqui para que Vossa Excelência diga ao Deputado Rubens Bueno, que basta de demagogia, que basta de falta de sinceridade, que abraça os seus companheiros, principalmente os de sua Bancada, e, depois, pelo menos diga a seus filhos: "cumprí com o meu mandato, sem falsidade, sem demagogia".

Que haja o que ele fez no passado, ao atirar pedras ao ex-Governador Ney Braga e, hoje, ele calou porque "cessa tudo quanto antiga musa canta". porque o seu "chefete" José Richa mandou que ele se calasse. E ele há de se calar, porque não tem força moral para continuar com aquela farsa da corrupção inventada pelo Deputado Rubens Bueno. Eu desafio esse Deputado, que continue com a corrupção da FAMEPAR, da FUNDEPAR, da ASPAR - eis que ele estava contra o Governador Ney Braga - porque, - hoje, eles fazem parte da mesma facção. E o José Richa mandou que ele se calasse, e ele se calou, Sr. Deputado.

Muito obrigado.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Agradeço o aparte, nobre Deputado Gabriel Manoel.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, eu gostaria de ler um parágrafo constante do Relatório escrito pelo Deputado Márcio Almeida, para que Vossas Excelências saibam e entendam que é tendencioso, que é uma tentativa apenas de desmoralizar, antes de dar o direito de o cidadão defender-se, ainda mais um Vereador eleito pelo povo!

Vejam o que diz o Deputado Márcio Almeida:

"Tais fatos também são objeto de inquérito Policial, quando ali se estabelecerá a quanto chegou a ação do Vereador malandro, ou melhor, do malandro, que, à custa do dinheiro público, conseguiu ser vereador, portanto, melhor dizendo, malandro vereador."

Eu poderia dizer: malandro Deputado Márcio Almeida.

Mas eu não digo, eu não estou dizendo, ou então, o Deputado malandro conseguiu, também pela malandragem, ser Deputado Estadual. Mas eu nunca vim aqui dizer isto, nem estou dizendo, eu estou apenas me referindo ao que eu poderia dizer.

Vejam, Sr. Presidente e Srs. Deputados, como pode, a CPI da Corrupção, e eu fico estarecido, Deputado Rubens Bueno, como pode Vossa Excelência encaminhar à Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, um relatório em que conste um parágrafo como este, e outros tantos aqui constantes, escrito pelo Deputado Márcio Almeida, ex-Secretário da Saúde, do ex-Prefeito Antônio Belinati, de Londrina, um Deputado, que, todos conhecemos, é radicalmente contra o ex-Secretário da Saúde Oscar Alves, cujo Vereador, José Arselo, trabalhava na Secretaria da Saúde, como homem de confiança do Secretário Oscar Alves. Como o Deputado Márcio Almeida não conseguiu processar o Deputado Oscar Alves, partiu para os pequenos, para os homens do Interior, a fazer relatórios como este, impossível de se acreditar até que seja enviado a uma Câmara Municipal para a divulgação dos fatos, antes que a Justiça se pronuncie! Até acredito que o Deputado Rubens Bueno, ao invés de ter encaminhado às pessoas a quem encaminhou o Relatório, deveria sim, fazê-lo, ao Procurador Geral do Estado.

O Sr. Rubens Bueno — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Tércio Albuquerque, Vossa Excelência faz aí algumas afirmações tiradas do conceito emitido sobre o Relatório do Deputado Márcio Almeida. Só que, Vossa Excelência não chega até o final do mesmo quando diz, em alguns pontos, o seguinte: “Medidas a serem tomadas”. “Folhas 16”.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Eu ia dizer, Sr. Deputado.

O Sr. Rubens Bueno — Eu colaborarei com Vossa Excelência
“Folha 16:

- a) Encaminhamento de cópia deste Relatório, ao Sr. Governador do Estado — via Casa Civil;
 - b) Encaminhamento de cópia do Relatório, à Superintendência da PROMOPAR, dando ciência e para análise das recomendações contidas;
 - c) Encaminhamento de cópia do Relatório, aos Srs. Promotores de Justiça das Comarcas de Foz do Iguaçu e Guaíra, paraciência e tomada de medidas que julgarem necessárias;
 - d) Encaminhamento de cópia do Relatório, ao Sr. Delegado de Polícia Titular da Delegacia de Crimes contra a Administração Pública, nesta Capital;
 - e) Encaminhamento de cópia do Relatório, à Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social;
 - f) Encaminhamento de cópia do Relatório, à Câmara de Vereadores de Foz do Iguaçu”.
- Este é o Relatório que foi apresentado, discutido e aprovado na CPI.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Relatório parcial.

O Sr. Rubens Bueno — Eu não discuto esse problema, Sr. Deputado.
Este é o relatório que foi apresentado, discutido e aprovado na CPI.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Relatório parcial.

O Sr. Rubens Bueno — Eu não discuto esse problema, Deputado Tércio Albuquerque, porque Vossa Excelência participou desta CPI e teve lá toda acolhida, inclusive, com relação à BANESTADO Reflorestadora que hoje também encontra-se nas mãos da Justiça.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Eu não recebi o relatório final.

O Sr. Rubens Bueno — Na semana passada inclusive, o Deputado Ivan Gubert, requisitou material da CPI, o Deputado Ailton Cordeiro e tantos outros Deputados têm pedido relatório, cópia de documentos à CPI e tem sido atendidos normalmente, Sr. Deputados. Está à disposição de Vossa Excelência, mas o que Vossa Excelência não pode acusar é que há levandade no envio de documento, quando há um preceito que nos é imposto pelo Plenário da CPI. Veja Vossa Excelência. Depois vem o Deputado Erondy Silvério, com o mesmo aparte, desconhecendo

as medidas que eram para ser tomadas, de acordo com o que foi aprovado. Depois vem o Deputado Gabriel Manoel com aparte, misturando CPI com Frente Liberal. E volto a dizer e a repetir: A Frente Liberal que eu pensava, continuo a pensar o mesmo. Eu disse e volto a repetir: jamais abracei aqueles que estão hoje na Frente Liberal e não vou abraçá-los. A minha posição é única e sou daqueles poucos que tem posição definida e clara. Nunca concordei com eles e não vou concordar hoje porque está aí um joguete nacional, que eu discordo totalmente.

Era esse o aparte que eu queria dar a Vossa Excelência.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Parece que Vossa Excelência não entendeu o que nós relatamos da tribuna. Nós aqui discutimos e continuamos no mesmo pensamento, de que o Deputado Márcio Almeida, pelo seu rancor ao Deputado Oscar Alves, e não conseguindo provar nada contra os Deputados, partiu para o homens de confiança do ex-Secretário da Saúde e Vossa Excelência, encaminhou um relatório a Câmara Municipal, quando eu acho, que a CPI no seu relatório final, deverá encaminhar ao Procurador Geral do Estado para tomar as providências e não à Câmara Municipal, para que os Vereadores façam com isso, os seus pronunciamentos, na tentativa de desmoralizar um colega seu, que não teve até hoje, Deputado Rubens Bueno, o direito de defender-se, o direito de ser ouvido. Até agora o Vereador não foi ouvido. As testemunhas do Vereador não foram ouvidas. Quem foi ouvido pela Delegacia de Costumes contra a Fazenda, foi apenas as testemunhas contra o Vereador, alguns deles, funcionários do Estado, por pressão ou coação psicológica. Tinham que acusar o Vereador para não perder o emprego e ainda mais, um dos que o acusam é um presidiário à disposição do CETREME, que tem quatorze anos de cadeia e que apenas há cinco anos está preso e hoje à disposição, com medo de retornar à cadeia, disse o que a Polícia quis, para incriminar o Vereador.

Portanto, este relatório aqui, feito pelo Deputado Márcio Almeida, que não tem moral, porque é parcial, porque é tendencioso, porque é mentiroso, porque é acobertador de ladrão, de assaltante de Banco, não poderia a CPI aprovar um relatório de um Deputado da classe do Deputado Márcio Almeida, que vem colocar no papel, que o Vereador é malandro, quando ele é mais malandro do que o Vereador que ele acusa.

Vossa Excelência, Deputado Rubens Bueno, atenda o nosso apelo: apure. A CPI está aí para isso, apesar de ser composta apenas por Deputados do PMDB. Ela que tome as providências necessárias e com...

O Sr. Rubens Bueno — Vossa Excelência concede um aparte?

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Vossa Excelência concede um aparte, nobre Deputado?

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Eu concedo o aparte ao Líder do PDS, Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Deputado Tércio Albuquerque, Vossa Excelência tem vindo permanentemente a esta tribuna, trazer ao conhecimento do Paraná,

atos sérios, mas quando se trata de alguma coisa como essa CPI, que não é séria, que não é igual, que é inconstitucional. Vossa Excelência na verdade, "chove no molhado". Permita-me dizer a Vossa Excelência, porque trata-se realmente de uma CPI para promoção individual dos Parlamentares do PMDB. Mais uma vez o Governador José Richa não toma as atitudes que a Constituição lhe obriga a tomar e passa aos seus apaniguados políticos deste Parlamento a missão de apurar possíveis irregularidades.

Já está cabalmente demonstrado que a CPI é ilegal, que não poderia estar funcionando. A CPI é uma aberração jurídica, conseqüentemente, quaisquer documentos emanados desta CPI, Vossa Excelência deveria fazer como eu faço: rasgá-los e jogá-los no lixo porque não tem outra razão de analisarmos quaisquer documentos, especialmente documentos saídos ou pelo menos assinados pelo Deputado Márcio Almeida.

Já tive oportunidade desta tribuna, de dizer o que penso do Deputado Márcio Almeida há questão de poucos dias. Não vou tornar a repetir. Entre a legitimidade..."

(TÍMPANOS)

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa comunica ao orador que se encontra na tribuna que o seu tempo está esgotado. Concedo-lhe um minuto para concluir.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Entre a legitimidade das colocações do Vereador José Arselo, de Foz do Iguaçu, entre as colocações de Vossa Excelência e as coisas pré-fabricadas ou nos porões do PMDB, ou nos porões da verdadeira noite de São Bartolomeu que o Paraná vive, ou nos porões do Palácio Iguaçu, Vossa Excelência deve fazer aquilo que as pessoas de bom senso têm feito. Rasgar os documentos vindos desta CPI, do PMDB.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Eu concedo ao Deputado Augusto Carneiro o restante do horário que me cabe.

O Sr. Augusto Carneiro — Eu agradeço o aparte e eu queria apenas registrar o meu posicionamento nesta questão. Entendo que é uma denúncia séria a que Vossa Excelência faz desta tribuna, porque na verdade sabemos que é de princípio elementar em uma investigação de qualquer natureza. Quando existe uma denúncia sobre alguém a primeira pessoa a ser ouvida deve ser o denunciado, e no caso o Vereador nem sequer foi chamado.

Então, fica este meu alerta e mais uma vez a minha palavra de que deve ser observado, com rigor, para não denegrir e nem manchar o nome daqueles que estão cumprindo com a sua função em qualquer setor de atividade pública.

Muito obrigado.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Consulto à Liderança do PMDB se fará uso do horário que lhe é destinado.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Por vinte e

cinco minutos, o Sr. Deputado Rubens Bueno e os cinco minutos restantes ao Sr. Deputado Ervin Bonkoski.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Com a palavra o Sr. Deputado Rubens Bueno, por vinte e cinco minutos.

O SR. RUBENS BUENO — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

A presença do Deputado Tércio Albuquerque é interessante, neste momento, porque vamos versar exatamente sobre o pronunciamento que ele acaba de fazer da tribuna, no Horário da Liderança do PDS.

No dia 21 de agosto, em reunião, da CPI da Comissão Parlamentar de Inquérito que apura possíveis irregularidades na administração pública do Paraná, recebeu do Deputado Márcio Almeida, um relatório parcial específico sobre a Fundação de Promoção Social do Paraná — PROMOPAR.

Antes de entrar no mérito da apresentação deste documento, eu encarecia ao ilustre Deputado Tércio Albuquerque, aos Srs. Parlamentares, que o Deputado Márcio Almeida Jamais, em momento algum, ofendeu este ou aquele membro da Bancada do PDS. Sempre os tratou com urbanidade, sempre os tratou com serenidade parlamentar que é característica do Deputado Márcio Almeida, desde os primeiros momentos que aqui usou da Tribuna, como também em reuniões das Comissões Técnicas ou CPIS desta Casa.

Mas, veja Vossa Excelência que depois de um número de arrazoados em que fundamenta todas as denúncias apresentadas na CPI, o Deputado fez o seu relatório com muita serenidade, com muita tranquilidade...

O Sr. Tércio Albuquerque — No seu entender.

O SR. RUBENS BUENO — Eu permitirei o aparte a Vossa Excelência já que Vossa Excelência não me permitiu o segundo aparte, eu permitirei mais adiante com todo o prazer, Deputado Tércio Albuquerque.

O Sr. Tércio Albuquerque — Não permiti porque não houve tempo. Eu sempre lhe concedi os apartes.

O SR. RUBENS BUENO — Eu permitirei o aparte a Vossa Excelência. E com muita serenidade o Deputado Márcio Almeida buscando investigar os fatos, buscando investigar os documentos recebidos, todos em poder da CPI, à disposição de todos os Parlamentares, à disposição do público em geral, que foi decisão da própria CPI. Esses documentos estão aí para serem examinados pelo acusado, ou pelo acusador, ou por quem quer que seja neste Estado do Paraná.

Veja, Vossa Excelência, histórico das investigações, quando trata da apropriação de verbas em convênios SUDESUL - PROMOPAR destinado a programas de assistência a migrantes de Foz do Iguaçu, e Guaíra. Ali se fala, inclusive, na falsificação de notas fiscais evidenciada, aprovada, inclusive perante o Fisco Estadual. Mais adiante, ele fala também da falsificação da lista de atendidos, inclusive quando da visita de autoridades, os gerentes simulavam uma situação de grande atendimento aos necessitados, o que não era verdadeiro, segundo a documentação que nós

temos em nosso poder.

O Sr. Tércio Albuquerque — A documentação é mentirosa, Deputado.

O SR. RUBENS BUENO — Eu gostaria de solicitar à Presidência que me assegurasse a palavra para depois permitir o aparte, com todo o prazer, a Vossa Excelência, Deputado.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Vossa Excelência está com a palavra.

Solicito aos Srs. Deputados que, ao pretenderem apartear o colega que se encontra na tribuna, que o façam da maneira regimental.

O SR. RUBENS BUENO — O Deputado Márcio Almeida, em outro item, provou os pagamentos indevidos de fotografias pela PROMOPAR para pessoas que não mais exerciam a sua atividade econômica de fotógrafo, ou quando faziam, há disparidade de vias de notas fiscais emitidas e referentes ao trabalho executado. Isto tudo está aqui provado, documentado, as folhas de processo que têm em poder da CPI.

Na letra "C" a contratação de construção da obra intitulada "Hospedaria do Migrante" e da "Casa do Paraplégico", nas quais há sérias irregularidades em detrimento do dinheiro público. Em outro item, a contratação irregular de serviços de vigilância em detrimento do Erário Público, tudo isto devidamente documentado.

Em outro ainda, a contratação e fornecimento de óculos além do limite previsto para licitação, devidamente comprovado com os valores detalhados em seu relatório.

Ainda mais adiante, a falta de controle dos seguros efetuados por empresas ou entidades da Administração Direta ou Indireta do Estado, tornando irrisória a soma de recursos provenientes para a entidade PROMOPAR, dessa fonte de recursos. Ainda mais adiante, veículos Chevrolet colocados à disposição de funcionários em Londrina, indo finalmente às medidas a serem tomadas que eu enumerei a Vossa Excelência, e que Vossa Excelência tem em mãos a cópia do relatório.

O Sr. Adhail Sprenger Passos — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. RUBENS BUENO — Na sequência, com o maior prazer. Em sequência à aprovação deste Relatório, a Presidência tomou a atitude que teria que tomar por decisão do Plenário e não por apelo deste ou daquele Parlamentar. Foi encaminhado ofício n.º 105/84, de 29 de agosto, nos seguintes termos:

"Senhor Promotor, tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência, a fim de encaminhar cópia do Relatório, aprovado pela Comissão Parlamentar de Inquérito, que investiga irregularidades na Administração Pública do Paraná, referente às conclusões das investigações sobre atos irregulares ocorridos na Fundação de Promoção Social do Paraná.

Ao ensejo, para consignar a Vossa Excelência os meus protestos de elevada estima e consideração, Excelentíssimo Sr. Dr. José Antônio Pereira da Costa, Digníssimo Procurador de Justiça da Comarca de Foz do Iguaçu".

O ofício n.º 109/84, de 29 de agosto:

"Senhora Presidente, tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência, a fim de encaminhar

cópia do relatório aprovado pela Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga irregularidades na Administração Pública do Paraná, referente às conclusões das investigações sobre atos irregulares ocorridos na Fundação de Promoção Social do Paraná".

Este ofício foi encaminhado a Excelentíssima Sra. Vereadora Arialba do Rocio Cordeiro Freire, DD. Presidente da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a missão da Comissão Parlamentar de Inquérito, em que pese aqueles que a abandonaram, mas que mesmo assim recebeu diversos Parlamentares posteriormente, fazendo denúncias mesmo contra a atual Administração do Estado, o fez com a segurança absoluta e com a consciência tranqüila de estar exercendo o seu legítimo direito de fiscalizar os órgãos do Estado.

E é por isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que eu trago ao conhecimento da Casa, com as presenças dos Deputados Fuad Nacli, Tércio Albuquerque e ainda com a presença e solicitação de outros Deputados de irregularidades da Administração do Estado, foi inclusive encaminhado ao Procurador Geral da Justiça, um relatório parcial específico denunciado com relação à BANESTADO Reflorestadora.

Este relatório foi apresentado pelo Deputado Orlando Pessuti, cujas conclusões foram imediatamente entregues ao Sr. Procurador Geral da Justiça e que se encontra na seguinte fase, que eu passo ao conhecimento da Bancada do PDS:

"Protocolo n.º 3188/84.

Através do Ofício n.º 71/84, de 03/07 próximo passado, a Comissão Parlamentar de Inquérito, encaminhou cópia dos autos protocolado sob o número 2666/84, que dizem respeito a irregularidades constatadas na BANESTADO S/A. Reflorestadora, para melhor análise dos fatos sob o aspecto penal, determinei preliminarmente as seguintes diligências:

Considerando que Antônio Carlos Costa, além de ser funcionário da BANESTADO S/A. Reflorestadora, incumbido da análise dos projetos técnicos da empresa, concomitantemente participava como sócio da firma GEOSUL - Engenharia Rural Ltda., da qual também é integrante Hermann Half Pipper.

Em consequência, contratava suas próprias empresas como empreiteiras para prestação de serviços de implantação e manutenção dos projetos de reflorestamento, e, inclusive, definindo preços, tornam-se necessárias as investigações policiais para apuração da sua responsabilidade, mormente quanto aos valores indevidamente recebidos, dada a facilidade de que sua situação empregatícia lhe proporcionava.

Considerando que Paulo Roberto Cordeiro, valendo-se da qualidade de Diretor Técnico da BANESTADO S/A. Reflorestadora, apropriou-se ilegalmente de três aparelhos de ar condicionado, os quais estavam em sua posse e, inclusive, promoveu a venda de dois deles à firma GICON Consultoria e Planejamento SC Ltda., recebendo o valor de 450 mil cruzeiros e que ainda se utilizou dos serviços de Cleusa Cruz, funcionária da empresa, designando-a para prestar serviços de natureza particular, como empregada doméstica em sua própria residência, sendo os salários pagos pela instituição que ele dirigia, torna-se indispensável a instauração de inquérito policial

para apuração detalhada dos fatos acima enumerados, mormente quanto à constatação das vantagens auferidas por estes funcionários, com possível envolvimento de outras pessoas em detrimento da empresa que serviam.

Para tanto, determinei encaminhamento das cópias dos documentos números tais e das declarações prestadas por Antônio José de Santana Lobo Neto, ao Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública para que sejam determinadas as providências necessárias.

Por intermédio da egrégia Corregedoria da Justiça, seja solicitada dos doutores Juízes de Direito das Comarcas de Ponta Grossa e Castro, a remessa de cópias

dos pedidos iniciais, documentos que os acompanhavam e das sentenças finais proferidas em ações de usucapião requeridas pela empresa BANESTADO S/A. Reflorestadora, Hermann Half Pipper, GEOSUL - Engenharia Rural Ltda., Antônio Carlos Costa e Nilo Xavier Assunção, através das quais, a primeira provavelmente tornou-se titular de domínio de áreas devolutas na região e ainda requisitados oficiais dos Cartórios de Registro de Imóveis, das Circunscrições daquelas Comarcas, cópias das matrículas correspondentes a todas as aquisições de imóveis rurais, feitas pela BANESTADO S/A. Reflorestadora.

Solicitação ao Instituto de Terras e Cartografia, de informações pormenorizadas sobre as aquisições ilegais de terras do Estado, pela empresa em questão.

E ainda, a solicitação do Secretário de Estado da Segurança, de informações sobre a atual situação dos procedimentos policiais que porventura foram instaurados a pedido de Jocelin Marinho Prado, a Eleaquim Machado da Silva e outros, contra Hermann Alf Pipper e outros.

Está em minhas mãos, Sr. Deputado Tércio Albuquerque e Srs. Membros da Bancada do PDS, estes documentos assinados pelo Procurador Geral da Justiça, Dr. Josaphat P. Lona Cleto. Portanto, a bancada do PMDB não tem porque tachar este ou aquele Parlamentar de leviano. Porque entendendo ser necessário levar ao conhecimento daquela Casa de Leis, conforme relatório, também viu necessidade dos membros do atual Governo, levar também ao conhecimento da Justiça, através dos Juízes, dos Promotores, através da polícia, daqueles que, porventura, tenham também usado e abusado do dinheiro público.

O Sr. Tércio Albuquerque — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. RUBENS BUENO — Com muito prazer, concedo o aparte ao Deputado Tércio Albuquerque.

O Sr. Tércio Albuquerque — Fica comprovado pelas palavras de Vossa Excelência, Deputado Rubens Bueno, que a CPI da Corrupção e o próprio Governo do Estado, atua de uma maneira parcial.

Vossa Excelência acaba de ler parte do relatório da BANESTADO Reflorestadora, onde Vossa Excelência diz ter encaminhado à Procuradoria Geral do Estado.

No caso do Vereador, que é um outro processo, que Vossa Excelência leu parte das duas conclusões, tanto da PROMOPAR como a Reflorestadora; um vai para o Procurador Geral do Estado, da Administração do Governador José Richa.

Da administração passada, o caso da PROMOPAR, vai para a Delegacia de Crimes contra a Administração Pública, em que o Delegado Adjunto conclui no seu inquérito policial, antes de ouvir o Vereador acusado, ele conclui pedindo a decretação da prisão preventiva

do Vereador. E manda para o Procurador ou Corregedor Geral da Justiça.

O SR. RUBENS BUENO — Vossa Excelência está confundindo, nobre Deputado.

O Sr. Tércio Albuquerque — Quem está confundindo é Vossa Excelência.

O SR. RUBENS BUENO — Permita-me esclarecer.

O Sr. Tércio Albuquerque — Vossa Excelência vai me dar o direito de apartear-lo.

O SR. RUBENS BUENO — Mas eu quero esclarecer a Vossa Excelência. Li aqui o relatório, Deputado Tércio Albuquerque, um Relatório da CPI e outro relatório do Procurador Geral, das providências tomadas com relação ao BANESTADO. Não é o relatório da CPI, Vossa Excelência está confundindo.

O Sr. Tércio Albuquerque — Vossa Excelência é que não me entendeu.

Um dos casos foi mandado para a Polícia, o outro apenas para a Justiça. Isto que quero dizer a Vossa Excelência.

O SR. RUBENS BUENO — Não é isso, Deputado, nós mandamos o Relatório da BANESTADO

Reflorestadora, mandamos uma cópia ao Governador do Estado, uma cópia ao Procurador, uma cópia ao ITC, uma cópia ao BANESTADO.

Várias determinações do Relatório. E cada Relatório tem especificamente a determinação das medidas finais a serem tomadas.

O Sr. Tércio Albuquerque — A todos que Vossa Excelência mandou da BANESTADO, são companheiros seus, de partido.

O SR. RUBENS BUENO — Mas nós temos a honra de tê-los como companheiros, Deputado.

O Sr. Tércio Albuquerque — O que é que Vossa Excelência disse, Deputado?

O SR. RUBENS BUENO — Temos a honra em ter o Procurador Geral da Justiça como nosso companheiro. Em ter no Banco do Estado, enfim, aqueles que participam do nosso Governo, como companheiros.

O Sr. Tércio Albuquerque — Mas fica comprovado a Vossa Excelência que a CPI da Corrupção é leviana.

O SR. RUBENS BUENO — Não é verdade.

O Sr. Tércio Albuquerque — É leviana.

O SR. RUBENS BUENO — Não é verdade. E nós aprovamos aqui, a BANESTADO Reflorestadora, que foi Vossa Excelência quem denunciou.

O Sr. Tércio Albuquerque — Vossa Excelência ao encaminhar esse relatório, foi leviano. O Deputado Márcio Almeida foi leviano nas suas conclusões.

O SR. RUBENS BUENO — Não concordo com Vossa Excelência.

O Sr. Tércio Albuquerque — Bom, Vossa Excelência não concorda porque é leviano, e não vai concordar em a gente chamá-lo de leviano.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) (Faz soar os tímpanos). A Mesa solicita aos Srs. Deputados que sejam corteses nos apartes, e determina às notas taquigráficas que sejam expungidas expressões anti-regimentais e que não condigam com a ética e o decoro parlamentar.

Está com a palavra o Deputado Rubens Bueno.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE (Pela Ordem) — Eu aceito e acato o pronunciamento de Vossa

Excelência com referência às nossas palavras.

Entretanto, Vossa Excelência acha correto um Deputado escrever, chamando um Vereador de malandro?

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) A Mesa responde a Vossa Excelência.

A Mesa tem que presidir as sessões plenárias, e portanto, fiscalizá-las para o seu bom andamento. Quanto ao que possa dizer este ou aquele Relatório, não cabe a esta Presidência intervir.

Por isso solicitei aos Srs. Deputados o estrito cumprimento do Regimento Interno, e agradeço a Vossa Excelência pela colaboração.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — (Pela Ordem) Sr.

Presidente, aceito, mas Vossa Excelência é Presidente do Poder; Vossa Excelência também preside qualquer CPI ou Comissão da Casa.

O SR. RUBENS BUENO — Concedo o aparte ao Deputado Adhail Sprenger Passos.

O Sr. Adhail Sprenger Passos — Nobre Deputado, agradeço o aparte que Vossa Excelência me concede, e eu pedi para lançar aqui neste momento dois repúdios.

O primeiro está superado pela intervenção do Presidente da Casa, porque devemos, todos nós, sem exceção, policiar inclusive as nossas afirmações com relação a próprios companheiros desta Assembléia Legislativa. Eu ouvi aqui acusações terríveis, expressões terríveis com relação ao Deputado Márcio Almeida, e me estranha muito sejam proferidas numa Casa de Leis.

Por outro lado, meu repúdio também à afirmação de que estes documentos tenham surgido, tenham nascido em porões. Eu quero respeito, desejo de todos respeito a este Poder, porque estes documentos foram gerados em salas nesta Casa de Leis em sessões públicas e abertas, e discutidas amplamente.

Fica aqui o meu registro dessa minha estranheza, do meu repúdio por afirmações inverídicas, inadequadas para o decoro desta Casa.

O SR. RUBENS BUENO — Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência e com referência a nossa pessoa, eu jamais faria a mesma referência ao Deputado Tércio Albuquerque. E tenho certeza que mesmo o Deputado Márcio Almeida jamais faria também ao mesmo Deputado.

Concedo o aparte ao Deputado Nilso Sguarezi.

O Sr. Nilso Sguarezi — Agradeço o aparte. Nobre Deputado Rubens Bueno, o combativo Deputado Tércio Albuquerque foi evidentemente muito infeliz, em subir à tribuna e levantar críticas à CPI e, ainda agora no aparte a Vossa Excelência.

Quando o nobre Deputado tenta dizer que a CPI é leviana, porque teriam mandado ao Procurador Geral da Justiça o relatório da CPI, Sua Excelência não só é leviano como demonstra uma grande ignorância em matéria constitucional.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Eu garanto a Vossa Excelência que não falei isso.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Volto a solicitar e encarecer dos Srs. Deputados.

Vossa Excelência tem um espaço regimental para contestar qualquer de seus colegas. O que a Mesa não pode admitir é que aconteçam debates paralelos.

Está com a palavra o Deputado Rubens Bueno, que concedeu aparte ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

Solicito de Vossa Excelência que solicite aparte ao orador, quando pretender se manifestar.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — (Pela Ordem)

Sr. Presidente, eu solicito a Vossa Excelência que desconte do orador que se encontra na tribuna o tempo gasto pelo nobre Deputado Tércio Albuquerque em Questões de Ordem e apartes paralelos.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa está atenta a este particular e agradece a preocupação de Vossa Excelência.

O Sr. Nilso Sguarezi — Nobre Deputado Rubens Bueno, o Deputado Tércio Albuquerque com o seu dinamismo, com seu ímpeto que trouxe inclusive para a CPI a denúncia da BANESTADO Reflorestadora, e aí o verdadeiro atestado de que a CPI não é leviana, porque mesmo o PDS se retirando da CPI, abrimos toda possibilidade de participação ao Deputado Tércio Albuquerque, não só formular a denúncia, não só participar da Comissão, não só o interrogar das partes, não só ao trazer elementos comprobatórios de possíveis irregularidades da BANESTADO.

Agora, é inadmissível que o nobre Deputado, depois de toda esta sua atuação, se rebele contra um relatório que é mandado pelo Procurador Geral da Justiça, informando à CPI de quais providências ele tomou em função do Relatório que só surgiu porque o nobre Deputado Tércio Albuquerque apresentou formalmente uma denúncia e em Plenário, participou da CPI, interrogou testemunhas, arrolou testemunhas trouxe testemunhas, participou dos debates, só em função deste procedimento do nobre Deputado Tércio Albuquerque a CPI ouviu as possíveis irregularidades da BANESTADO Reflorestadora.

A CPI concluiu da existência dessas irregularidades, mandou à Procuradoria Geral da Justiça, cumprindo um preceito constitucional, em que cabe ao Ministério Público Público acionar a Justiça naquelas causas em que tenha o interesse público.

Ora, eu estranho que o nobre Deputado Tércio Albuquerque venha dizer que a CPI é leviana, porque o Procurador Geral da Justiça é que tem autonomia da investigação do "persiculus criminis" é que entende que um caso é de abrir inquérito policial e no outro, deva instaurar diretamente um procedimento judicial, data vênha, entendo de que ocorreu, incorreu em imperdoável erro da apreciação jurídica de competência exclusiva do Ministério Público, porque a CPI, levantando possíveis irregularidades, ao mandar ao Ministério Público, encerrou o seu trabalho investigatório. Cabe então, ao Ministério Público, como autor da ação pública, se o nobre Deputado, data vênha, não entende desta matéria, quer me parecer que faria muito melhor não discutir este assunto.

Data vênha, todo Deputado ao falar e comentar, tem que ter este entendimento mínimo indispensável a uma atuação conseqüente não leviana do que se levanta contra uma iniciativa...

O Sr. Tércio Albuquerque — Vossa Excelência é um líder desrespeitado, Vossa Excelência é leviano... (Campainhas)

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Continue, Sr. Deputado.

O Sr. Nilso Sguarezi — Então, quer me parecer que foi muito infeliz ao abordar este assunto o nobre Deputado Tércio Albuquerque...

contribuiu muito à CPI, mas que dada a posição em que se encontra hoje de defender o indefensável, como o caso deste aspecto de Foz do Iguaçu, em que notas fiscais foram falsificadas, e que se juntou à 2.^a Via com outro valor, isso é uma coisa indefensável, e o nobre Deputado Tércio Albuquerque se levanta contra um próprio aspecto, um próprio caso que ele trouxe à CPI, o caso da REFLORESTADORA

BANESTADO, quando ele foi para a tribuna, e quando deu o aparte a Vossa Excelência e que não entendeu que o que Vossa Excelência estava lendo é o Relatório do Procurador Geral da Justiça, informando quais os procedimentos que o Ministério Público, e o Ministério Público é imparcial, não é do PMDB, não é do PDS, não é do PT, não é de ninguém, é o fiscal da lei!

Por isso, Senhor Presidente, eu acredito que nós não podemos, do PMDB, e agora fala em nome da Liderança do meu Partido, nós não podemos admitir de que generalidades da ordem daquelas que nós ouvimos, o nobre Deputado Tércio Albuquerque, quando assumiu a tribuna, levantar acusações de leviandade a um Deputado que baseado em duas notas fiscais, uma 1.^a Via com um valor a 2.^a Via com outro valor, onde há sonegação fiscal, onde há fraude, onde há ilícito penal, levantar uma acusação ao Deputado que toma o direito e a obrigação de fiscalizar e investigar esta fraude, acusá-lo de leviano!

Por isto quero devolver aquelas palavras que foram levantadas na semana passada por muitos ilustres Deputados do PDS que se sentiram talvez legitimamente magoados quando se generalizou leviandades.

Senhores Deputados do PDS o respeito é recíproco, nesta Casa! Não acusem de leviandades, Senhores Deputados do PDS...

O Sr. Luiz Alberto Oliveira (Pela Ordem) - Eu devolvo ao Líder governista, ao irascível Líder governista nesta Casa todas as...

CAMPAÍNHAS.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa deixa de considerar a questão de Ordem levantada por Vossa Excelência porque no entendimento desta Presidência não se feriu o dispositivo regimental, nesta fase que Vossa Excelência reclama.

O Sr. Nilso Sguarezi - Fez bem Senhor Presidente em não aceitar, porque realmente irascibilidade é esta de ouvir a verdade e não se conformar com a verdade.

Levianos são aqueles que não se quedam às evidências; aqueles que não se quedam às provas.

A CPI da Corrupção não é leviana, porque aceitou a denúncia do Deputado Tércio Albuquerque, concluiu que era procedente e é contra membros do nosso Governo; mandou ao Ministério Público; o Ministério Público, como autor da ação penal pública, tomou as providências que lhe cabia tomar.

E o nobre Deputado, quando se levanta contra essa decisão, ao dizer ao nobre Deputado Presidente da CPI que está na tribuna, que o PMDB é leviano porque ora manda para a Polícia, outra hora manda ao Ministério Público, uma das duas: ou usa de má-fé em não querer entender, ou, data vênha, não entende da matéria, quando deveria entender, como legislador, como autor de leis, de que cabe ao

Ministério Público, como autor da ação penal, tomar as iniciativas que ele entender válidas.

Por isso, Senhor Presidente, eu agradeço os esclarecimentos que o nobre Presidente da CPI vem trazer a esta Casa, porque prova mais uma vez, que levianos são aqueles que acusam sem provas; que o que o Deputado Márcio Almeida fez, está na Casa para quem quiser investigar: notas fiscais, a 1.^a via com um valor, a segunda via com outro valor.

Isso aconteceu no Governo, e, para sermos coerentes e usarmos realmente a obrigação que temos de fiscalizar, nós temos que levar avante esse procedimento. Agradeço o aparte.

O SR. RUBENS BUENO - Ao agradecer o aparte do nobre Deputado Nilso Sguarezi, gostaria de lembrar a esta Casa que o PMDB do Paraná, através desta Assembléia, sua Bancada e através do seu Diretório Reginal, emitiu um documento ao Diretório Nacional do PMDB, sustentando a posição de pedido de expulsão do Deputado Jacob Lopes, envolvido em corrupção no Estado de São Paulo; quero lembrar, também, a esta Casa, que o PMDB daqui como o PMDB de São José dos Pinhais, também por 2/3, cassou o mandato de Vereador do PMDB.

As evidências, quando elas chegam às mãos dos Parlamentares do PMDB, como um todo, quer ver, realmente, apuradas todos esses fatos, e aqueles que quiserem responder alguma coisa, que não venham responder à CPI; aqui não é lugar de responder; que vá responder na Delegacia de Polícia, no Tribunal de Justiça. Enfim, a Instância em que ele estiver envolvido.

Portanto, nós temos certeza absoluta de que a CPI está prestando um serviço de saneamento à administração pública do Paraná; está colocando no seu devido lugar aqueles que usaram e abusaram do dinheiro público. (Sem revisão do orador).

Concedo aparte ao Deputado Ferrari Júnior.

O Sr. Ferrari Júnior - Nós temos acompanhado os mais diferentes pronunciamentos, e as dificuldades que a CPI encontra para, realmente, botar os ladrões de ontem, na cadeia. São dificuldades imensas, e o público está a perguntar, está a aguardar uma definição. Mas eu sei, Excelência e encerro dizendo porque o tempo não permite é muito difícil, realmente, porque, via de regra, ladrão não deixa recibo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - A Liderança do PMDB esgotou o seu tempo regimental que é de 30 minutos.

Está encerrada a Hora do Expediente,

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia; conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 01/83, de autoria do Deputado ROBERTO REQUIÃO E OUTROS, que dá nova Redação ao Art. 73, do Regimento Interno, e outras providências. (DA TRIBUNA LIVRE). Com PARECER CONTRÁRIO da C.C.J. por maioria. COM EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO.

Sobre o mesmo, requerimento de autoria dos Senhores Deputados Roberto Requião, Nilso Sguarezi e Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando o adiamento da votação do Projeto de Resolução n.º 01/83, por três (03) sessões. Aprovado. Fica portanto adiada a votação do Projeto de Resolução n.º 01/83 por 3 (três) sessões.

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 04/84, de autoria do Deputado ROBERTO REQUIÃO, que veda o uso de placas sigilosas nos veículos pertencentes à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGENCIA. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 60/84, (Mensagem e ex-Proposição n.º 81/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado em 30/12/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Mandaguçu, objetivando execução de obras para recuperação ou construção de pontes. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 61/84, (Mensagem n.º 47/84 - ex-Proposição n.º 88/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado em 29/11/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Barbosa Ferraz, visando execução de obras para recuperação ou construção de pontes. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 62/84, (Mensagem n.º 52/84 - ex-Proposição n.º 93/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados em 08/12/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e Municípios que especifica, objetivando execução de obras para recuperação ou construção de pontes. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 63/84, (Mensagem n.º 138/83 - ex-Proposição n.º 46/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado em 30/09/83, entre

o Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de Campo Mourão, objetivando regular ampliação dos Serviços de Segurança contra incêndios e prestação de socorros públicos na área do referido Município. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 64/84, (Mensagem n.º 24/84 - ex-Proposição n.º 27/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento, com participação da FAMEPAR e os Municípios que especifica, objetivando aplicação de recursos financeiros de órgãos aqui mencionados. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 65/84, (Mensagem n.º 16/84, ex-Proposição n.º 19/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado em 28/11/83, entre o Ministério da Agricultura e o Estado do Paraná, com interveniência da EMATER, objetivando execução de serviços do "PROGRAMA ESPECIAL DO OESTE DO PARANÁ" - PRODOPAR. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 66/84, (Mensagem n.º 139/83 - ex-Proposição n.º 45/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio, celebrados entre o Estado do Paraná, n.º 28/83, de 27/09/83, através da Secretaria do Planejamento, com participação da COMEC e o Município de Curitiba, com participação do IPPUC, objetivando adoção de ação conjunta e coordenada no que respeita ao Sistema Metropolitano de Transportes. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 67/84, (Mensagem n.º 61/84 - ex-Proposição n.º 66/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes, em 08/12/83 e os Municípios que especifica, objetivando execução de obras para recuperação de estradas. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 68/84, (Mensagem n.º 10/84 - ex-Proposição n.º 13/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, n.º 10/83 de 08/11/83, através da Secretaria do Planejamento e o Município de Mandirituba, objetivando aplicação de recursos financeiros da COMEC, na execução de obras de interesse metropolitano. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 69/84, (Mensagem n.º 34/84 - ex-Proposição n.º 37/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Termos de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados em 13/10/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e Municípios que especifica, objetivando execução de obras para recuperação de estradas. — **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 70/84, (Mensagem n.º 82/84, ex-Proposição n.º 83/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando execução de obras para recuperação de estradas. — **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 71/84, (Mensagem n.º 131/83, ex-Proposição n.º 44/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando adoção de ação conjunta com vistas à execução do PROSAFRAS, exercício de 1983. — **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 72/84, (Mensagem n.º 43/84, ex-Proposição n.º 55/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e o Município de TOLEDO, objetivando realização da FESTA NACIONAL DO PORCO NO ROLETE, e ativar o fomento agrícola da região, ensejando amplo relacionamento entre os pecuaristas para melhorias da produção e da produtividade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 73/84, (Mensagem n.º 41/84, ex-Proposição n.º 54/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando execução de obras para recuperação de estradas. — **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 74/84, (Mensagem n.º 55/84, ex-Proposição n.º 91/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Termos de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado entre o Estado do Paraná, em 08/12/83, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando execução de obras para recuperação de estradas. — **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 75/84,

(Mensagem n.º 64/84, ex-Proposição n.º 92/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Convênio celebrado em 05/01/84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e o Município de CLEVELÂNDIA, para atender necessidades técnicas e materiais dos produtores agrícolas. — **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 76/84, (Mensagem n.º 48/84, ex-Proposição n.º 84/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Termos de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando execução de obras para recuperação de estradas. — **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 77/84, (Mensagem n.º 03/84, ex-Proposição n.º 06/84), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e os Municípios que especifica e objetivos adiante mencionados. — **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 78/84, (Mensagem n.º 54/84, ex-Proposição n.º 82/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Termos de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados entre o Estado do Paraná em 08/12/83, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando execução de obras para recuperação ou construção de pontes. — **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 80/84, (Mensagem e ex-Proposição n.º 72/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando execução de obras para recuperação de estradas. — **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 81/84, (Mensagem n.º 53/84, ex-Proposição n.º 87/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando execução de obras para recuperação de estradas. — **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 82/84, (Mensagem n.º 50/84, ex-Proposição n.º 90/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Convênio celebrado em 06/12/84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e os Municípios que especifica, objetivando

execução de obras de controle da erosão urbana, conforme PRONOROESTE. — Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 83/84, (Mensagem nº 57/84, ex-Proposição nº 62/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova o Segundo Termo Aditivo datado de 29/12/83, ao Convênio celebrado em 13/06/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e o Município de Umuarama, objetivando execução de obras de controle da erosão urbana. — **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 120/84, de autoria da Comissão Executiva, que dá nova redação aos Arts. 5º, 6º e 10 da Resolução nº 57, de 29/06/84, e dá outras providências (ASCENSÃO E PROGRESSÃO FUNCIONÁRIOS ALEP). Com Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.R.H., por unanimidade. Em Regime de Urgência.

Sobre o referido projeto, emenda de Plenário de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 120/84

EMENDA

Acrescente-se como Art. 3º:

“Art. 3º — Os atuais integrantes dos quadros de auxiliares de serviços gerais, mediante contrato regido pela Consolidação das Leis de Trabalho que, na data desta lei, contem 10 ou mais anos de serviço, passam a ocupar cargos com a equivalência salarial correspondente à atualmente recebida, resultantes da transformação de cargos vagos no Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa, que serão extintos a medida que vagarem.

Dê-se nova numeração aos Arts. 3º e 4º.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 1984.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

Apoiamto: FRANCISCO ESCORSIN, ODENI MONGRUEL, PÉRICLES PACHECO e TUGUIO SETOGUTTE.

— Em votação o Projeto, ressalvada a Emenda.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Pela Ordem) Sr. Presidente, gostaria que Vossa Excelência determinasse a leitura da Emenda.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa atende e solicita ao Sr. 1º Secretário que proceda a leitura da Emenda.

(É lida a Emenda).

Está em votação o Projeto, ressalvada a Emenda. — **Aprovado.**

O SR. ROBERTO REQUIÃO — (Pela Ordem) Sr.

Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação)

20 Srs. Deputados aprovam; nenhum Sr. Deputado rejeita. Não há quorum para deliberação, somente para prosseguimento da sessão.

autoria do Deputado ROBERTO REQUIÃO e OUTROS, que veda a qualquer título Distribuição de Dividendos a Funcionários e Diretores de Empresas de Economia Mista, nas quais o Estado seja Acionista Majoritário e dá outras providências. Com Pareceres Contrário da C.C.J., por unanimidade e Favorável da C.F., por unanimidade. Com Emenda Substitutiva de Plenário à Emenda da C.F. Em Regime de Urgência. — **Encerrada a discussão.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 93/84, de autoria do Deputado IVAN GUBERT, que fixa em 50 (cinquenta) anos o limite de idade para inscrição em Concurso Público, conforme especifica. Com Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.R.H., por unanimidade. Em Regime de Urgência. — **Encerrada a discussão.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 125/84, de autoria do Deputado NELSON VASCONCELLOS, que prorroga por 30 (trinta) dias o prazo estipulado pelo Art. 1º da Lei nº 7268, de 26/12/79, conforme especifica. (OPÇÃO NO REGIME DE TRABALHO DOS ENGENHEIROS E AROUITETOS). Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. — **Encerrada a discussão.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 198/84, de autoria do Poder Executivo (Mensagem nº 167/84), que visa obter autorização de um Crédito Especial no valor de Cr\$ 2.119.735.000,00 (dois bilhões e cento e dezenove milhões, setecentos e trinta e cinco mil cruzeiros), destinados a atender despesas com obras e instalações do “ANEXO AO PLENÁRIO” da Assembléia Legislativa, para o exercício de 1984, conforme especifica. Com Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Encerrada a discussão.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 202/84, de autoria do Poder Executivo, (Mensagem nº 164/84), que visa obter autorização para abertura de um Crédito Especial no valor de Cr\$ 701.700.000,00 (setecentos e hum milhões e setecentos mil cruzeiros), destinados a atender despesas de outros custeios e obras e instalações da Assembléia Legislativa, conforme especifica. Com Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Encerrada a discussão.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Complementar nº 27/84, de autoria do Deputado AUGUSTO CARNEIRO, que dá nova Redação ao Art. 5º da Lei Complementar nº 12, de 17 de novembro de 1981, na forma que especifica. (TRANSFERÊNCIA TERRITORIAL NÃO PODERÁ SER FEITA NO ANO DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS). Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Encerrada a discussão.** (Public. no D.A. nº 10, de 22/03/84).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 27/84

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do ilustre Deputado Augusto Carneiro, visa dar nova redação ao Art. 5º, da Lei Complementar nº 12, de 17 de novembro de 1981, que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 5º — A transferência territorial de que trata esta lei, não poderá ser feita no ano das eleições municipais”.

ilustre Deputado dar melhor versatilidade à Lei Complementar n.º 12, de 17/11/81, de vez que, a transferência de um para outro município, disciplinada pela lei citada, está limitada ao período de dezoito a seis meses anteriores à eleição municipal. A Lei Federal instituidora desse prazo vinculava a essa restrição temporal todas as alterações territoriais.

Todavia, a Lei Complementar Federal n.º 39, de 10 de dezembro de 1980, devolveu ao Estado a competência para dispor sobre a matéria (Lei anexa).

Assim sendo, é perfeitamente viável o presente plano de lei, que visa dar melhor aplicabilidade à Lei n.º 12, de 17/11/81.

Nestas condições, não havendo impedimento de ordem legal e constitucional, somos favoráveis à tramitação e conseqüente aprovação do Projeto em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22 de maio de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente
HERMAS BRANDÃO — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Complementar n.º 164/84, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n.º 134/84), que objetiva alterar o disposto no “caput” do artigo 143 da Lei n.º 6174, de 16/11/70 e dá outras providências (Revisão de proventos de funcionários civis aposentados) e Mensagem Aditiva n.º 176/84, de 30/08/84, sobre a mesma matéria. Com Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. Em Regime de Urgência. — Encerrada a discussão.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

N.º 164/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º — O art. 143, “caput” da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, passa a vigorar com a redação seguinte:

“Art. 143 — Os proventos de inatividade serão revistos sempre que houver alteração de vencimentos, vantagens, bem como modificações na estrutura dos cargos efetivos do pessoal ativo, de categoria equivalente e nas mesmas condições”.

Art. 2.º — O disposto no art. 143, da Lei n.º 6174/70, com a redação dada pelo artigo anterior, aplica-se aos servidores aposentados antes da data desta lei.

Parágrafo único. Os proventos dos servidores de que trata este artigo, serão revistos da seguinte forma:

I — para os aposentados nos cargos constantes dos anexos 01, 02 e 03 da Lei n.º 6212, de 09 de agosto de 1971;

a. com base nos vencimentos da Classe A, das séries de classes previstas na Lei n.º 7051, de 04 de dezembro de 1978, de acordo com os critérios estabelecidos no seu artigo 138 § 1.º, devendo, quanto à habilitação profissional, ser observada a escolaridade da época da aposentadoria; e

b) - assegurando a incorporação aos proventos dos servidores aposentados anteriormente à data da Lei n.º 6.212/71 da média dos valores incluídos

a título de quotas de produtividade, nos proventos de inatividade dos servidores aposentados durante a vigência da referida Lei, desde que tenham ocupado cargos e desempenhado funções iguais quando ativos.

II - para os Procuradores e Advogados, respectivamente, com base nos vencimentos integrais previstos para a jornada de quarenta (40) horas semanais de trabalho, dos cargos de carreira de Procurador de 3.ª classe e de Advogados de 2.ª classe, não beneficiados pela Lei n.º 6.794, de 8 de junho de 1976.

III - para os aposentados nos cargos de Engenheiro e Arquiteto:

a) - com base no vencimento integral do cargo de 5.ª classe, previsto para jornada de quarenta (40) horas semanais de trabalho, aos aposentados nos níveis 25 e 26, não beneficiados pela Lei n.º 6.794/76;

b) - com base no vencimento integral de cargos de 4.ª classe, previsto para jornada de quarenta (40) horas semanais de trabalho, aos aposentados no nível 27, não beneficiados pela Lei n.º 6.794/76;

c) - com base no vencimento proporcional à jornada de trinta (30) horas semanais de trabalho, para cargos de 4.ª classe, aos aposentados no nível 27, beneficiados pela Lei n.º 6.794/76;

IV - Para os aposentados anteriormente a data da Lei n.º 7.424, de 17 de dezembro de 1980, em cargos por ela abrangidos, a revisão será feita com base no vencimento previsto para a jornada de trinta (30) horas semanais de trabalho, exceto para o caso de médico, cujo vencimento base dos proventos será correspondente ao fixado para a jornada de vinte (20) horas, observando-se, em ambos os casos para fixação da referência, a condição de que não seja inferior àquela em que, por ocasião de enquadramento definitivo, tiverem sido enquadrados funcionários com igual ou menor tempo de serviço.

V - para os aposentados em cargos da estrutura da carreira do Magistério instituída pela Lei Complementar n.º 07, de 22 de dezembro de 1976, com base no vencimento previsto para o cargo correlato ao Quadro Próprio do Magistério e distribuídos, por antigüidade à razão de uma (1) referência para cada três (3) anos de tempo de serviço contado para todos os efeitos legais.

Art. 3.º - Os benefícios concedidos pela Lei n.º 6.569, de 25 de junho de 1974, são extensivos aos servidores aposentados anteriormente à data de sua vigência.

Art. 4.º - Os benefícios concedidos pela Lei n.º 6.794, de 08 de junho de 1976, são extensivos aos servidores aposentados anteriormente à data de sua vigência, desde que não atingidos pelos itens II e IV e letras a e b, do item III, do art. 2.º, desta lei.

§ 1.º - Ao aposentado em cargo que passou a integrar a Parte Permanente do Quadro Geral, aplica-se a regra estabelecida no parágrafo único do art. 16, da Lei n.º 7.424/80.

§ 2.º - O disposto no presente artigo aplica-se ao aposentado em cargo de médico independente da

época da aposentadoria.

Art. 5.º - Fica assegurada no servidor já aposentado a melhor retribuição, entre a decorrente desta lei ou a até então existente.

Art. 6.º - O artigo 4.º, da Lei n.º 6.794, de 8 de junho de 1976, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 4.º - O funcionário que tiver percebido em períodos diferentes, as gratificações de que tratam os incisos II e III, do art. 172, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, terá incorporado aos proventos de aposentadoria, o valor correspondente ao maior percentual recebido durante pelo menos (um) 1 ano, desde que a percepção dessas gratificações some (três) 3 anos ininterruptos ou (cinco) 5 anos alternados, vedada a incorporação aos funcionários aposentados em regime de acumulação de cargos".

Art. 7.º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1984.

(a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 164/84
PARECER:

Oriundo da Mensagem Gubernamental n.º 134/84, o presente Projeto de Lei Complementar tem como objetivo alterar o Art. 143 da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970 (Estatuto dos Funcionários Públicos), bem como estabelecer bases para a revisão dos proventos da inatividade de funcionários civis aposentados.

Do exame da Mensagem e do Projeto em si, verifica-se que houve cuidadosa elaboração objetivando corrigir distorções, algumas bastante antigas, que se refletiam em detrimento dos interesses dos inativos, muitas vezes esquecidos em oportunidades anteriores.

Sob o enfoque da legalidade e constitucionalidade, não há qualquer reparo que se possa objetar, pois trata-se de iniciativa que, constitucionalmente, pertence ao elenco daqueles que são prerrogativas exclusivas do Governador do Estado.

Nestas condições, cômicos de que a grandeza desta Casa de Leis reside, também, no desprendimento e isenção com que examine, proponha e aprove medidas que permitam ao Executivo tornar-se um eficiente instrumento de justiça e paz social, nosso parecer não poderia ser outro, que pela Aprovação.

Sala das Comissões, em 27 de agosto de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

ANIBAL KHURY

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 164/84
PARECER:

O presente plano de Lei originário de Mensagem Gubernamental, tem por finalidade alterar dispositivo da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970 - Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Paraná, bem como estabelecer instrumentação legal no sentido de ser procedida revisão de proventos de funcionários civis aposentados do Poder Executivo, conforme especifica.

Analisando a matéria no seu aspecto legal e

constitucional, houve o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão de Finanças chamada a opinar sobre o seu aspecto financeiro temos que o Projeto de Lei ora em exame, conforme a própria justificativa apresentada pelo Senhor Governador do Estado, através da Mensagem Gubernamental n.º 134/84, vem consubstanciado e embasado em criterioso estudo realizado pelos órgãos competentes da Administração do Poder Executivo, estando assim em consonância com a situação financeira estabelecida pela Administração no setor de pessoal, não havendo qualquer reparo que possa ser acrescentado, para que a matéria tenha a sua tramitação legal por este Poder Legislativo.

Queremos ressaltar que é das mais meritórias as alterações aqui apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo, visando estabelecer equivalência salarial entre os funcionários públicos civis, inativos do Quadro de Pessoal da Administração do Estado do Paraná.

Tais alterações virão atender aos constantes reclamos daqueles servidores, que muito deram de si em prol da função pública paranaense, e que na inatividade vêem diluirmos seus proventos, dentro de uma política inflacionária das mais desastrosas por que vem passando o povo brasileiro.

Com isso opinamos favoravelmente a sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04 de setembro de 1984.

(a) ERVIN BONKOSKI

Presidente e Relator

EMENDA AO PROJETO DE LEI N.º 164/84

Ao art. 5.º acrescenta-se o seguinte parágrafo único:

Parágrafo Único - Para a concessão das referências aos professores regionalistas e não habilitados, aposentados ou não, torne-se por base a Classe A, Nível 1, do Quadro Próprio do Magistério, obedecidos os percentuais determinados pelo artigo 34 da Lei n.º 7.424/80, combinado com o artigo 10, incisos I e II da Lei n.º 7.517/81.

Sala das Sessões, em 27 de agosto de 1984.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS

EMENDA AO PROJETO DE LEI N.º 164/84

Ao art. 2.º acrescenta-se o seguinte inciso VI:

Inciso VI - Para os funcionários da Secretaria de Estado das Finanças aposentados até 1.º de março de 1980, na vigência da Lei n.º 7.051, de 04 de dezembro de 1978:

a) - assegurando a incorporação aos proventos de inatividade dos servidores aposentados, até 1.º março de 1980, na vigência da Lei n.º 7.051/78, os direitos e vantagens estabelecidos no caput do Art. 24, da Lei n.º 7.424, de 17 de dezembro de 1980, da média dos valores incluídos a título de quotas de produtividade, de forma idêntica aos percentuais atribuídos aos servidores aposentados após a vigência da referida Lei, desde que tenham ocupado cargos e desempenhado funções iguais, quando ativos.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1984.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS

JUSTIFICATIVA:

Na Lei n.º 7.424, de 17 de dezembro de 1980, o art. 24, §§ 1.º, 2.º e 3.º, fixou a data de 1.º de março de 1980 como data limite para inclusão dos funcionários da Secretaria de Estado das Finanças, em atividade, nos benefícios, direitos e vantagens estabelecidos pela Lei n.º 7.051, de 04 de dezembro de 1978. Dessa forma foram excluídos os servidores da Secretaria de Estado das Finanças que se aposentaram na vigência da Lei n.º 7.051/78, mas, no período compreendido entre 06 de dezembro de 1978 - data da publicação da Lei n.º 7.051/78 e 1.º de março de 1980, conforme estabeleceu o art. 24 e §§ 1.º, 2.º e 3.º, da Lei n.º 7.424/80. Vimos, na época, que o legislador fez retroagir aqueles benefícios, direitos e vantagens à data de 1.º de março de 1980, se bem que a Lei n.º 7.424/80, tenha sido publicada em 23 de dezembro de 1980. Ocorre que, tal fato, estabeleceu um hiato na amplitude da Lei, fazendo com que cerca de uma dezena de funcionários da Secretaria de Estado das Finanças, aposentados no período acima mencionado, ficassem à margem da Lei após trinta e cinco anos de trabalhos dedicados àquela Pasta, enquanto que, seus colegas de trabalho, aposentados na vigência da Lei n.º 7.424/80, mas após 1.º de março de 1980, obtivessem benefícios e vantagens a eles negados pelo disposto na legislação vigente. Vemos agora, no bojo do presente anteprojeto de Lei, dispositivos que visam regularizar distorções existentes em situações de aposentados, mesmo que tais aposentadorias tenham ocorrido em datas anteriores às leis ali mencionadas, com objetivo claro de dar condições de uma aposentadoria digna àqueles que dedicaram suas vidas ao Serviço Público Estadual, e como estímulo aos atuais servidores em atividade, evidenciando-se o alto alcance social que ora é proposto. Seria este, então, o momento de corrigir a situação de uma dezena de funcionários da Secretaria de Estado das Finanças, através da emenda proposta no inciso III, alínea c, do Art. 2.º, deste anteprojeto de Lei.

LEMBRETE:

Um funcionário estadual poderia ter pertencido a outra Secretaria de Estado durante 34 anos e alguns meses, mas se no dia 1.º de março de 1980 estivesse lotado na Secretaria de Estado das Finanças, seria aposentado com todas as vantagens atribuídas pelo art. 24, da Lei n.º 7.424, de 17 de dezembro de 1980. Por outro lado, um funcionário da Secretaria de Estado das Finanças que tivesse trabalhado na mesma, durante 35 anos e se aposentasse em fevereiro de 1980, não levaria nenhuma das vantagens estabelecidas naquele diploma legal.

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 064/83, de autoria do Deputado TADEU FRANÇA, que veda a exclusão, para fins de destinação de recursos financeiros, os Municípios, cujas contas não tenham sido aprovadas pelo Egrégio Tribunal de Contas, sob a alegação de "CONTAS IRREGULARES". Com PARECER FAVORÁVEL e SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J. e PARECER FAVORÁVEL da C.F. ao SUBSTITUTIVO GERAL da C.C.J., por unanimidade. Encerrada a discussão.

PROJETO DE LEI N.º 64/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1.º - Fica vedada a exclusão, para fins de destinação de recursos financeiros do Estado, pelos órgãos da Administração Estadual, os Municípios cujas contas vencidas em exercícios anteriores não tenham sido aprovadas pelo Egrégio Tribunal de Contas, sob a alegação de "contas irregulares".

Art. 2.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1984.

(a) TADEU FRANÇA

JUSTIFICATIVA:

A medida que ora propomos tem a finalidade de impedir que vários Municípios paranaenses venham a sofrer o embargo de recursos financeiros pelos órgãos da Administração Estadual, face a não aprovação de suas contas de exercícios anteriores, quando estas não impliquem em crimes de responsabilidade civil e judicial de seus chefes executivos.

É deveras inconcebível que, muitas vezes, apenas por questões de irregularidades materiais nas contas apresentadas por ex-Prefeitos, fiquem impedidas as comunas paranaenses de perceberem auxílio e subvenções, tão necessárias para o desenvolvimento a atendimento às necessidades municipais.

Neste sentido é que estamos apresentando o presente plano de Lei, que por certo merecerá o apoio e a aprovação dos Nobres Pares com assento nesta Augusta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 64/83

PARECER:

O Projeto de Lei em tela, de autoria do Nobre Deputado Tadeu França, pretende vedar, a exclusão, para fins de destinação de recursos financeiros do Estado, dos Municípios cujas contas vencidas nos exercícios anteriores, tenham sido consideradas irregulares pelo Tribunal de Contas.

O Projeto pertence ao elenco daqueles cuja iniciativa cabe ao Poder Legislativo, não havendo, portanto, vício de natureza constitucional que se lhe possa opor.

No entanto, quanto ao seu mérito, quer nos parecer que se estaria desvirtuando legítimas atribuições do Egrégio Tribunal de Contas, se o aprovassemos em sua redação original.

Assim, opinamos no sentido de sua Aprovação, na forma de substitutivo em anexo.

Sala das Comissões, em 11 de outubro de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

ANIBAL KHURY

Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI N.º 64/83

Art. 1.º - Fica o Tribunal de Contas do Estado autorizado a liberar os órgãos do Governo do Estado a fornecer auxílios financeiros e celebrar convênios com Prefeituras Municipais cujas prestações de contas apresentaram irregularidades formais nos exercícios de 1981, 1982 e 1983.

Art. 2.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11 de outubro de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

ANIBAL KHURY

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

O ilustre Deputado Tadeu França pretende, com o presente Projeto impedir sejam excluídos os Municípios que tenham apresentado irregularidades em suas contas, em exercícios financeiros anteriores, de benefícios financeiros emanados da Administração Estadual.

Analisado pela douta Comissão de Constituição e Justiça, o Projeto recebeu substitutivo que torna a proposição condizente com as legítimas atribuições do Egrégio Tribunal de Contas.

Sob o aspecto legal e formal, a matéria se apresenta segundo as recomendações do Regimento Interno.

Quanto à interveniência desta Comissão de Finanças, na área de sua competência, mostra-se irrepreensível o substitutivo apresentado pela dita Comissão de Justiça, cujos termos ratificamos.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 11 de abril de 1984.

(aa) ERVIN BONKOSKI

Presidente

EZEQUIAS LOSSO

Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 065/83, de autoria do Deputado ERVIN BONKOSKI, que cria na estrutura da Secretaria de Educação e Cultura, sob a supervisão do CETEPAR, o setor de cursos à distância, com aproveitamento de material e pessoal já existentes. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.E., por unanimidade. Encerrada a discussão.

PROJETO DE LEI Nº 65/83.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica criado, na estrutura da Secretaria da Educação e Cultura, sob a supervisão do CETEPAR, o setor de cursos à distância, com aproveitamento de material e pessoal já existentes.

§ 1º - O setor criado por este artigo deverá abranger os seguintes serviços:

- I - Planejamento de cursos;
- II - Conselho editorial;
- III - Grupo de produção;
- IV - Grupo de atendimento;
- V - Grupo de administração.

§ 2º - Os serviços mencionados no parágrafo anterior encarregar-se-ão da definição de prioridades dos tele-cursos, edição, editoração, distribuição, acompanhamento e coordenação de atividades.

Art. 2º - Dentro de noventa dias, a Secretaria de Estado da Educação fará regulamentar o funcionamento do setor criado por esta Lei.

Art. 3º - Serão conferidos certificados de aproveitamento a todos os integrantes das carreiras de magistério, valendo como título para os participantes, para efeito de avanços verticais e diagonais.

Art. 4º - As despesas com a execução da presente Lei, correrão à conta da dotação orçamentária própria, consignada no Orçamento Geral do Estado.

Art. 5º - Esta Lei vigorará à data da sua publicação, revogadas as disposições que a contrariem.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1984.

(a) ERVIN BONKOSKI

JUSTIFICATIVA:

Para que se consiga, sem maior esforço, a melhoria da qualidade do ensino público do nosso Estado, é necessário proporcionar a todos os professores, dos mais diversos níveis, condições de atualização de conhecimentos e técnicas modernas relativas à educação. Modernamente, em todos os países desenvolvidos do mundo, a falta de tempo e as dificuldades de deslocamento, tem sido supridas, por cursos de reciclagem que proporcionem aos assistentes a possibilidade de atualizarem-se, sem deixar as suas casas, com a utilização dos meios de comunicação à distância, como o rádio e a televisão. É bem de dizer que o setor que pretendemos criar com este plano de lei, não onerará o Estado e nem os seus professores, pois propomos o aproveitamento da estrutura já existente, inovando, e tão somente, no aspecto da utilização de cursos à distância, desobrigando os mestres comparecimento em locais predeterminados, podendo usufruir dos benefícios dos cursos, em suas casas, sem deixar o trabalho e nem sacrificar suas folgas de fins de semana, para uma perfeita atualização na matéria que leciona, ou outras de seu interesse. Com isso, conseguiríamos a melhoria dos padrões de ensino e maior realização do profissional do magistério, que hoje carece de meios ao seu alcance, para o aprimoramento profissional.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 065/83

PARECER:

O Projeto de Lei em pauta, de iniciativa do nobre Deputado Ervin Bonkoski, propõe a criação, na estrutura da Secretaria de Educação, de um setor de cursos à distância, supervisionado pelo CETEPAR, e com o aproveitamento de material e pessoal já existentes.

Considerando a importância da matéria, ligada à legislação e regulamentação referente ao Ensino, solicitamos que o Projeto de Lei fosse convertido em diligência junto à Secretaria de Estado da Educação, para que a mesma opinasse sobre a matéria em causa.

Anexo ao processo, temos expediente do Senhor Luiz Alberto Pinto de Carvalho, Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado da Educação, que esclarece o posicionamento da mesma, em relação à matéria, ressaltando os aspectos positivos da iniciativa.

Entretanto, ressalva que para a viabilização desta modalidade de curso é indispensável a participação das Universidades e Faculdades, principalmente no serviço de produção de material didático.

Neste sentido, no que cabe a esta douta Comissão de Constituição e Justiça se manifestar, não há nada, tanto do ponto de vista legal, quanto constitucional, que obste a tramitação do referido Projeto de Lei.

Portanto, nosso parecer é favorável e somos pela sua aprovação, embora, ressaltando a necessária manifestação da Comissão de Educação desta Casa de Leis.

Sala das Comissões em

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

EZEQUIAS LOSSO

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 65/83

PARECER:

O ilustre Deputado Ervin Bonkoski tenciona, com o presente Plano de Lei, criar na estrutura da Secretaria da Educação um setor de cursos à distância.

Submetido à apreciação da douta Comissão de Constituição e Justiça, o Projeto recebeu parecer favorável, apenas com a ressalva da necessidade de manifestação da Comissão de Educação desta Casa sobre a matéria.

Pelo que se depreende dos termos da proposição, a implantação do setor pretendido não implicará em aumento de despesas, já que se intenta aproveitar totalmente o pessoal e material já existentes.

Assim sendo, opinamos favoravelmente à APROVAÇÃO do Projeto, com a ressalva feita pela douta C.C.J.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08 de maio de 1984.

(aa) ERVIN BONKOSKI

Presidente

HOMERO OGUIDO

Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 065/83.

O presente plano de lei, de iniciativa do ilustre Deputado Ervin Bonkoski, visa a criação na estrutura da Secretaria, de um setor de curso à distância, supervisionado pelo CETEPAR e com o aproveitamento de material e pessoal já existente.

As Doutas de Comissões de Constituição e Justiça e Finanças e Orçamento, manifestaram-se favoravelmente à matéria, ressaltando a necessidade da manifestação desta Comissão.

Ora, o processo fora enviado à Secretaria de Estado de Educação, para que a mesma se manifestasse a respeito, e junto ao processo encontra-se o parecer do Senhor Chefe de Gabinete da Secretaria, que esclarece o posicionamento da mesma ressaltando os aspectos positivos da iniciativa.

Porém, informa que para a viabilização desta modalidade de curso é indispensável a participação das Universidades e Faculdades, principalmente, no serviço de produção de material didático.

Diante do exposto, esta Comissão de Educação, tendo em vista o posicionamento da Secretaria de Estado da Educação, não poderia deixar de ser favorável à aprovação da matéria em tramitação.

Assim sendo, nosso parecer é favorável a aprovação do projeto proposto.

Sala das Comissões, em 28 de maio de 1984.

(aa) TADEU FRANÇA

Presidente

ODENI MONGRUEL

Relator.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 93/83, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DOS SERVIDORES PÚBLICOS APOSENTADOS - ASSERVI", com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Encerrada

a discussão.

PROJETO DE LEI Nº 93/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "ASSERVI" - Associação Paranaense dos Servidores Públicos Aposentados com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de junho de 1983.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A documentação anexa demonstra claramente que a entidade em questão reúne os requisitos exigidos pela legislação em vigor, para o reconhecimento de utilidade pública.

A Associação Paranaense dos Servidores Públicos Aposentados tem por finalidade congregar funcionários públicos aposentados, de um modo geral, com objetivo de proporcionar-lhes assistência social, recreativa e cultural.

O alcance e amplitude dessa meta, dispensa-nos de maiores considerações sobre o mérito e cabimento da medida que estamos propondo, para o qual contamos com o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 93/83

De autoria do ilustre Deputado Anibal Khury, o presente Projeto de Lei nº 93/83 tem por finalidade declarar de utilidade pública a "Associação Paranaense dos Servidores Aposentados", com sede e foro nesta Capital.

Analisando-se o processo, através de sua documentação como também pela justificativa do autor, temos que a entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública preenche os requisitos essenciais previstos pela Lei que regula a matéria.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se por sua APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, em 22 de maio de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente;
ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Relator.

1º DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 145/83, de autoria do Deputado OSVALDO ALENCAR FURTADO, que autoriza o Poder Executivo criar no Município de Paranavaí, Escola Técnica de Agricultura nível de 2º Grau, com o nome de "Colégio Agrícola HEITOR ALENCAR FURTADO". Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F., C.E. e C.A., por unanimidade. Encerrada a discussão.

PROJETO DE LEI Nº 145/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar, em próprio do Estado, no Município de Paranavaí, escola técnica de Agricultura em nível de segundo grau, que receberá o nome de "Colégio Agrícola HEITOR ALENCAR FURTADO".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de setembro de 1984.

(a) OSVALDO ALENCAR FURTADO

JUSTIFICATIVA:

O Estado do Paraná possui, no Município de Paranavaí, uma área de mais de 100 alqueires que bem poderia ser usada para a instalação de um colégio agrícola que virá atender aos anseios do povo da região, permitindo a seus filhos, ao invés de se deslocarem a outros centros mais distantes, o aprendizado das técnicas agrícolas, sem se afastar das propriedades paternas.

É sabido que muitos jovens, filhos de agricultores, ao se deslocarem para centros maiores em busca de conhecimentos técnicos, afastam-se da terra e acabam não voltando às lides do campo. Atendendo a autorização ora concedida, estaria o Governo do Estado evitando a evasão do homem do campo, ao mesmo tempo que lhe asseguraria o conhecimento e emprego de novas técnicas agrícolas.

Por outro lado, aproveitando-se a oportunidade, estar-se-ia prestando uma justa homenagem ao jovem correligionário HEITOR ALENCAR FURTADO, falecido em plena campanha, derramando o seu generoso sangue pela gente de sua região.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 145/83

De autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado OSVALDO ALENCAR FURTADO, que autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Técnica de Agricultura, em nível de segundo grau, e propõe a denominação de: "COLÉGIO AGRÍCOLA HEITOR ALENCAR FURTADO", no Município de Paranavaí.

Esta Comissão de Constituição e Justiça, é chamada a opinar, e analisando a matéria sob todos os seus aspectos legais e constitucionais, principalmente sua justificativa convincente, aposta ao mesmo. Constatou-se que a evasão da juventude com essa finalidade, para os grandes centros, é uma realidade verificada constantemente. Consideramos a iniciativa louvável e necessária, razão pela qual, achamos por bem, que o mesmo tramite normalmente pelos órgãos competentes desta Casa.

Diante da referida análise, e tratando-se de matéria relevante, decidimos apresentar parecer favorável à aprovação da matéria contida no projeto.

Sala das Comissões, em 18 de outubro de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente;
EZEQUIAS LOSSO — Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 145/83

O presente Plano de Lei de autoria do ilustre Deputado Osvaldo Alencar Furtado, autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Técnica de Agricultura, em nível de segundo grau, e propõe a denominação de "Colégio Agrícola Heitor Alencar Furtado", no Município de Paranavaí.

Na justificativa, pretende o Projeto, evitar a evasão do homem do campo, no mesmo tempo que assegura a juventude o conhecimento e o emprego de novas técnicas agrícolas, sem se afastar das propriedades paternas.

Por outro lado, se estaria prestando justa homenagem ao jovem Deputado Heitor Alencar Furtado, falecido em plena campanha.

O presente projeto, submetido ao crivo da

Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, mereceu o parecer favorável, dada a oportunidade e conveniência da medida.

No âmbito da competência desta Comissão, não existe impedimento à normal tramitação do processo pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Nestas condições, nosso parecer é favorável a aprovação do Projeto em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

(aa) ERVIN BONKOSKI — Presidente;
DIRCEU MANFRINATO — Relator.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 145/83

De autoria do nobre Deputado Osvaldo Alencar Furtado, o presente Pleno de Lei tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a criar em Paranavaí uma Escola Técnica de Agricultura com a denominação de "Colégio Agrícola Heitor Alencar Furtado".

A propositura em questão já passou pelos crivos das Comissões de Constituição e Justiça e Finanças, onde foi aprovada, recebendo, assim, parecer favorável, tanto quanto a sua constitucionalidade, como também sobre parte financeira.

Esta Comissão de Educação, chamada a opinar sobre o mérito da matéria, somos de opinião que a intenção do autor é elogiável e de alto valor, tendo em vista que com a criação do referido colégio, irão beneficiar-se os filhos dos agricultores da região e ao mesmo tempo, não haverá necessidade de afastá-los de suas terras. Quanto a denominação de "Heitor Alencar Furtado", trata-se de prestar uma homenagem merecida para aquele que, embora tenha falecido prematuramente, muito fez em prol daquela região.

Diante do exposto, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28 de maio de 1984.

(aa) TADEU FRANÇA — Presidente;
ODENI MONGRUEL — Relator.

COMISSÃO DE AGRICULTURA
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 145/83

Pretende o nobre Deputado Alencar Furtado através do presente Projeto nº 145/83 — autorizar o Poder Executivo a criar, no município de Paranavaí, uma Escola Técnica de Agricultura de nível 2º Grau, denominada "Colégio Heitor Alencar Furtado".

Analisando a matéria, as duntas Comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Educação, opinaram favoravelmente à sua aprovação.

No âmbito desta Comissão de Agricultura, temos que tal iniciativa é das mais elogiáveis, já que se pretende a criação de uma Escola Agrícola numa região eminentemente agrícola de nosso Estado e que de longa data vem prestando, através da sua laboriosa população, uma colaboração das mais expressivas no desenvolvimento agropecuário paranaense. Justo portanto, que se capacite aquela região com infra-estrutura técnica e educacional no setor, para que a mesma possa cada vez mais despontar no cenário sócio-econômico de nosso Estado.

A implantação de escolas agrícolas, no interior somente benefícios tem trazido à nossa população,

com grande proveito ao nosso Estado.

Quanto à denominação que se pretende atribuir à escola a ser criada, de "Heitor Alencar Furtado", estamos de pleno acordo, pois será uma das mais justas homenagens que nosso Estado irá prestar a um dos brilhantes e jovens políticos paranaenses, que apesar do seu prematuro e trágico desaparecimento, só dignificou a classe política, estimulando as novas gerações com o exemplo de vida pública que deixou.

Favorável é o parecer.

Sala das Comissões, em 15 de agosto de 1984.

(aa) SABINO CAMPOS — Presidente;

PAULO FURIATTI — Relator.

1ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei nº 150/83, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que declara de utilidade pública o Conselho Paroquial da Comunidade Católica de "São Sebastião", com sede e foro na cidade de Andirá. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Encerrada a discussão.

PROJETO DE LEI Nº 150/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarado de Utilidade Pública o CONSELHO PAROQUIAL DA COMUNIDADE CATÓLICA DE "SÃO SEBASTIÃO", com sede e foro na cidade de Andirá.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de setembro de 1984.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

O Conselho Paroquial da Comunidade Católica de "São Sebastião", entidade religiosa, sem fins lucrativos, vem realizando trabalho exaustivo junto à sociedade andiraense, de modo a levar às classes menos favorecidas normas de higiene, preceitos morais, curso para conscientização dos deveres matrimoniais, bem como alimentos básicos e ensinamentos de preceitos evangélicos. A atuação do Conselho na área de caridade e assistência social tem sido tão eficaz que acabou tendo o reconhecimento público municipal, através da Lei Municipal nº 02/83, de 09/09/83.

A documentação que anexamos comprovam o preenchimento das exigências legais, previstas na Lei nº 6.994, de 10/01/78, que regula, no âmbito estadual, o Instituto de Utilidade Pública.

Com isso, apresentamos o presente Projeto de Lei, que temos certeza merecerá o apoio e a aprovação dos Nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 150/83

De autoria do nobre Deputado Hermas Brandão, que declara de utilidade pública o CONSELHO PAROQUIAL DA COMUNIDADE CATÓLICA DE "SÃO SEBASTIÃO", com sede e foro na cidade de Andirá, constatado que o mesmo se encontra em perfeita consonância com o que preceitua a Lei nº 6.994 de 10/01/78, que regula o assunto em pauta, somos favoráveis a sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26 de junho de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente;

AUGUSTO CARNEIRO

Relator.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 169/83, de autoria do Deputado MÁRIO PEREIRA E OUTROS, que autoriza o Poder Executivo transformar em Órgão de Regime Especial a Escola para Menores Professor Queiroz Filho. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.E., por unanimidade. Encerrada a discussão.

PROJETO DE LEI Nº 169/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a transformar em Órgão de Regime Especial a Escola Para Menores Professor Queiroz Filho, vinculada à Secretaria de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, nos termos da Lei nº 6636, de 29 de novembro de 1974.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05 de outubro de 1983.

(a) MÁRIO PEREIRA

Apoio: Nelson Vasconcellos, Irondi Pugliesi, Paulo Furiatti, Tuguio Setogutte.

JUSTIFICATIVA:

É do conhecimento geral os esforços que o Poder Público desenvolve no sentido de dar melhores condições às Escolas de Recuperação de Menores para as mesmas que atinjam seus meritórios objetivos.

O que se pretende com o presente plano de Lei é autorizar o Poder Executivo a transformar a Escola Queiroz Filho em órgão de regime especial, dando a este tradicional educandário condições plenas de funcionamento com autonomia orçamentária, para que possa melhorar a forma de remuneração e contratação do pessoal altamente especializado que necessita, para alcançar seus objetivos de alto interesse para a coletividade.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 169/83

PARECER:

I - O eminente Deputado Mário Pereira, através do presente projeto de lei, pretende autorizar o Poder Executivo a transformar em ORGÃO DE REGIME ESPECIAL a "Escola Para Menores Professor Queiroz Filho", vinculada à Secretaria de Estado da Saúde e Bem-Estar Social.

II - Em sua justificativa, o nobre parlamentar argumenta que, na hipótese de ocorrer a pretendida transformação, teria "este tradicional educandário condições plenas de funcionamento com autonomia orçamentária", o que possibilitaria a "contratação do pessoal altamente especializado que necessita, para alcançar seus objetivos de alto interesse para a coletividade."

III - Na verdade, a Lei Estadual nº 6636, de 29 de novembro de 1974 - mencionada no art. 1º do projeto em exame -, em seu art. 6º, inciso III, permite a criação de órgãos de regime especial "com autonomia relativa, resultantes de desconcentração administrativa de Secretarias de Estado, para o desempenho de atividades, cujo tratamento diverso do aplicável

aos demais órgãos da administração direta, possa contribuir para a melhoria operacional das Secretarias”.

IV - O parágrafo único do aludido art. 6.º, por sua vez, estabelece que a “autonomia relativa a que se refere o inciso III do artigo se expressa na faculdade de contratar pessoal para atividades temporárias pelo regime da legislação trabalhista e de manter contabilidade própria, bem ainda de custear a execução de seus programas por meio de doações globais consignados no Orçamento do Estado”.

V - Não há dúvida a respeito do acerto do presente projeto de lei, pois o tradicional estabelecimento educandário, a partir do momento em que seja transformado em órgão de regime especial, poderá certamente melhor atender as suas finalidades, graças à autonomia orçamentária que passaria a ter.

VI - Por outro lado, a oportunidade adequada para tal transformação ficaria a cargo do Poder Executivo, a quem caberia tomar as providências necessárias para tanto.

VII - Assim sendo, face à sua inequívoca constitucionalidade, opinamos FAVORAVELMENTE à aprovação do presente projeto.

Sala das Comissões, em 10 de novembro de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR
Presidente

IVAN GUBERT
Relator.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 169/83

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Mário Pereira o presente Projeto de Lei tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a transformar em Órgão de Regime Especial a Escola Para Menores Professor Queiroz Filho.

Sobre a matéria houve o pronunciamento favorável das douts Comissões de Constituição e Justiça e Finanças.

No âmbito desta Comissão de Educação, chamada a opinar sobre o mérito da proposição, temos que de acordo com a justificativa de seu autor, é das mais meritórias a finalidade do Projeto em prol do Plano Educacional do Estado, pois visa dotar aquele estabelecimento correccional paranaense em Regime Especial, para que desta forma melhor atinja seus objetivos, que vem a ser a recuperação dos menores ali recolhidos pela Justiça.

Nestas condições o nosso Parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

(aa) TADEU FRANÇA
Presidente

ANTÔNIO BELINATI
Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 169/83

PARECER:

O presente Plano de Lei de autoria do ilustre Deputado Mário Pereira, autoriza o Poder Executivo a transformar em Órgão de Regime Especial a Escola

para Menores Professor Queiroz Filho, vinculada à Secretaria de Estado da Saúde e Bem-Estar Social nos termos da Lei nº 6636, de 29 de novembro de 1974.

Pretende na justificativa o Projeto, autorizar o Poder Executivo a transformar a Escola Queiroz Filho em Órgão de Regime Especial, dando a este tradicional educandário condições plenas de funcionamento com autonomia orçamentária, para que possa melhorar a forma de remuneração e contratação do pessoal altamente especializado que necessita para alcançar seus objetivos de alto interesse para a coletividade.

Submetido ao crivo da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, mereceu parecer favorável, dada a oportunidade e conveniência da medida.

No âmbito da competência desta Comissão, não existe impedimento a normal tramitação do processo pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Nestas condições, nosso parecer é favorável à aprovação do Projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24 de abril de 1984.

(aa) ERVIN BONKOSKI

Presidente

DIRCEU MANFRINATO

Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 195/83, de autoria do Deputado DONATO GULIN, que autoriza criar o “FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DO LEGISLADOR MUNICIPAL - FUMPLEM”, e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Encerrada a discussão.

PROJETO DE LEI Nº 195/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

“Autoriza a criação do Fundo Municipal de Previdência do Legislador Municipal - FUMPLEM e dá outras providências”.

Art. 1.º - É autorizada a criação, nos Municípios do Paraná, do Fundo Municipal de Previdência do Legislador Municipal - FUMPLEM, com personalidade jurídica própria, sede e foro no Município em que for criado por legislação própria.

Art. 2.º - O fundo de que trata o artigo anterior tem por finalidade a concessão de benefícios de aposentadoria e pensão por invalidez aos Vereadores da Câmara Municipal e ao Prefeito Municipal.

Art. 3.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 1983.

(a) DONATO GULIN

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 195/83

PARECER:

O Projeto de Lei nº 195/83, de autoria do nobre Deputado Donato Gulín, autoriza a criação, nos Municípios do Paraná, do Fundo Municipal de Previdência do Legislador Municipal - FUMPLEM, com personalidade jurídica própria, sede e foro no município em que for criado por legislação própria.

Ao primeiro exame, a proposição revela suas

deficiências regimentais, uma vez que não obedece aos mínimos preceitos da Técnica Legislativa — entre outros, a ausência de Justificativa.

Entretanto, tanto no aspecto constitucional, quanto no aspecto legal, não há nenhum óbice à tramitação da matéria.

Por outro lado, é de se considerar o elevado alcance social da proposta, pois vem beneficiar a toda uma gama de expressivas lideranças comunitárias, que são nossos Prefeitos e Vereadores.

Portanto, manifestamos nosso parecer favorável e opinamos pela aprovação do referido projeto de lei.

Tal é nosso parecer.

Sala das Comissões, em 19 de junho de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente;
ANIBAL KHURY — Relator.

1.º DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 203/83, de autoria do Deputado FERRARI JÚNIOR, que dá nova Redação ao Artigo 8.º, da Lei n.º 6.636, de 29.11.74, e dá outras providências. (VINCULA AS ENTIDADES INTEGRANTES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA ÀS SECRETARIAS DO ESTADO, COM EXCEÇÃO DO “BANESTADO E BADEP”). Com PARECER CONTRÁRIO da C.C.J., por unanimidade. Encerrada a discussão.

PROJETO DE LEI N.º 203/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Art. 1.º — O art. 8.º da Lei n.º 6.636/74, de 29 de novembro de 1974, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8.º — As entidades integrantes da administração indireta, com exceção do Banco do Estado do Paraná S/A — Banestado e Banco do Desenvolvimento do Paraná S/A — BADEP, vinculam-se às Secretarias de Estado, conforme consta do Título IX, desta lei, sujeitando-se à fiscalização e ao controle organizado que, não infringindo o teor da autonomia caracterizada nos seus respectivos atos de criação, permitem, eficazmente, a avaliação do seu comportamento econômico e financeiro e a análise periódica dos seus resultados com cotejo com os objetivos do Governo.”

Art. 2.º — Ficam suprimidas as alíneas “a” e “b” do item III, do Art. 118 da Lei n.º 6.636, de 29 de novembro de 1974.

Art. 3.º — O Banco do Estado do Paraná S/A — Banestado e o Banco de Desenvolvimento do Paraná S/A — BADEP, mantidas suas atuais estruturas organizacionais de entidades integrantes da administração indireta, ficam vinculadas diretamente ao Chefe do Poder Executivo do Estado do Paraná.

Art. 4.º — Os atos correspondentes à vinculação previstas nesta Lei, e demais providências, serão formalizados através de Decreto Governamental, a ser baixado 60 dias após a publicação desta Lei.

Art. 5.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1983.

(a) FERRARI JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Com o presente Plano de Lei estamos propondo a vinculação direta do Banestado e do BADEP ao Chefe do Poder Executivo.

Tal Proposição tem como fundamento que atualmente o BADEP vem sendo dirigido pelo

Vice - Governador do Estado, e de acordo com a organização e sistemática da administração pública estadual — Lei 6636/74, aquela instituição financeira se encontra vinculada e subordinada à Secretaria das Finanças ocorrendo assim uma quebra de hierarquia dentro da estrutura organizacional do Estado.

A vinculação direta ao Poder Executivo, do Banestado e do BADEP é uma imposição que se faz necessária, já que aqueles organismos financeiros do Estado pela sua própria estrutura se constituem em organismos com dimensões de abrangência de uma Secretaria de Estado.

Nestas condições é que esperamos que o presente projeto de lei receba a aprovação e o apoio desta Casa como uma medida auxiliar para a melhor administração do bem público em nosso Estado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 203/83

O projeto de Lei em referência pretende introduzir alterações na Lei n.º 6.636 de 29/11/74, que dispõe sobre a organização do Poder Executivo no sistema de administração pública do Estado do Paraná, de modo a transferir a vinculação do Banco do Estado do Paraná S/A — BANESTADO e do Banco do Desenvolvimento do Paraná S/A — BADEP, da Secretaria de Estado das Finanças, diretamente para o Chefe do Poder Executivo.

Em linha de princípio, a proposição atenta contra a independência dos Poderes, mas medida em que, sem a iniciativa do Poder interessado, invade a área de organização dos serviços administrativos a cargo do Executivo.

Além disso, vem quebrar toda a sistemática da própria Lei n.º 6.636.

Com efeito, a vinculação das entidades da administração indireta a determinada Secretaria de Estado faz-se para fins de fiscalização e controle, conforme resulta do próprio art. 8.º, que se visa alterar. Esse controle, que mais propriamente se denomina SUPERVISÃO, sem suprimir a autonomia e o âmbito de competência de cada Secretaria de Estado.

Por isso, diz o art. 45 da referida lei que são atribuições dos Secretários de Estado, dentre outras, promover o controle e a fiscalização das entidades da administração indireta a eles vinculadas. Sobretudo, cabe notar que os Secretários de Estado desempenham essas atribuições na qualidade de auxiliares do Governador, perante o qual são responsáveis.

Nestas condições, o projeto se figura injurídico e contrário aos interesses do Estado.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19 de junho de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente;
EDMAR LUIZ COSTA — Relator.

1.ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 224/83, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 147/83), que dispõe sobre possibilidade de recolhimento do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis — ITBI, sem juros, multa e correção monetária, na forma e condições que especifica, e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.F., por unanimidade. Encerrada a discussão.

PROJETO DE LEI N.º 224/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — O imposto sobre a transmissão de bens imóveis e direitos a eles relativos (ITBI), de que trata a Lei n.º 5.464, de 31 de dezembro de 1966, e alterações posteriores, concernente a imóveis rurais, poderá ser recolhido sem juros, multa e correção monetária, observadas as condições estabelecidas nesta lei.

Art. 2.º — Para o gozo dos benefícios previstos no artigo anterior, deverão ser satisfeitos, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I — tenha o imóvel área igual ou inferior a 25 (vinte e cinco hectares);

II — o adquirente seja pessoa natural ou se trate de propriedade familiar;

III — não seja o adquirente proprietário de qualquer outro imóvel;

IV — o ato ou fato aquisitivo seja anterior à 1.º de janeiro de 1979;

V — seja o tributo pago numa única parcela.

Parágrafo único - A prova dos requisitos enumerados neste artigo será feita documentalmente em instrução sumária, perante a autoridade fazendária sob cuja jurisdição estiver o imóvel.

Art. 3.º — Sob pena de perda dos benefícios desta lei e cobrança da diferença do imposto e acréscimos legais, calculados com as normas gerais do tributo, em vigor, o título de aquisição, com o imposto devidamente quitado, deverá ser levado ao registro de imóveis no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da publicação das instruções referidas no artigo 7.º.

Parágrafo Único. Suspende-se o prazo referido neste artigo, no caso de reclamação (artigo 7.º, inciso IV), salvo se esta for, no julgamento, declarada meramente protelatória.

Art. 4.º. Na hipótese de transferências sucessivas, aplicar-se-ão:

I — as disposições desta lei, quanto às transferências realizadas até 31 de dezembro de 1978;

II — as disposições da Lei 5.464, de 31 de dezembro de 1966, e respectivas alterações, quanto às transferências realizadas após a data referida no inciso anterior.

Art. 5.º — Em relação, exclusivamente, aos imóveis beneficiados por esta lei, a base de cálculo do imposto será o valor venal da época da aquisição, tomando-se para esse fim, o que constar de documento autêntico que a comprove ou, na sua falta, o que for arbitrado no mesmo procedimento de que trata o parágrafo único do artigo 2.º desta lei.

Parágrafo único - Em qualquer caso, a base de cálculo não poderá ser inferior a 1/3 (um terço) do valor que serviria de base se a aquisição se realizasse na atualidade.

Art. 6.º — O disposto nesta lei não dá direito à restituição do imposto pago na conformidade da legislação aplicável na data do recolhimento.

Art. 7.º — O Secretário de Estado das Finanças baixará as instruções necessárias à implementação desta lei, orientando especificamente quanto:

I — à forma e aos meios de comprovação dos requisitos estabelecidos;

II — ao cumprimento da exigência constante do artigo 3.º;

III — ao arbitramento da base de cálculos se for o caso;

IV — ao processamento e decisão das reclamações suscitadas em virtude do disposto nesta lei.

Art. 8.º — A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11 de novembro de 1983.

(a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 224/83

O presente projeto de lei oriundo de Mensagem Governamental, tem por finalidade isentar de juros, multa, correção monetária o recolhimento do imposto sobre transmissão de bens imóveis e direitos a eles relativos (ITBI) de que trata a lei n.º 5.464, de 03 de dezembro de 1966 e alterações posteriores, na forma que especifica.

Justificando a proposta apresentada, acompanha a Mensagem Governamental, o ofício de n.º 1988/83, de 27 de outubro de 1983, do Ex.º Sr. Secretário de Estado das Finanças, através do qual são expostas os motivos para adoção da tal medida no Estado, a qual virá beneficiar a regularização nas instituições de terras de proprietários rurais.

Legal e constitucional, a matéria não encontra qualquer óbice que possa impedir a sua normal tramitação por esta Casa, deixando-se a análise de seu mérito à Comissão de Finanças, que por certo o apreciará.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07 de dezembro de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente;
HERMAS BRANDÃO — Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei n.º 224/83

O presente plano de lei oriundo da Mensagem Governamental n.º 147/83, tem por finalidade isentar de juros, multas, correção monetária o recolhimento de imposto sobre transmissão de bens imóveis e direitos a eles relativos (ITBI) de que trata a lei n.º 5.464, de 03 de dezembro de 1966, e alterações posteriores, na forma que especifica.

Acompanha a Mensagem Governamental, o Ofício n.º 1988/83, de 27 de outubro de 1983, do Excelentíssimo Sr. Secretário das Finanças, justificando a proposta apresentada, através do qual são expostos os motivos para adoção de tal medida no Estado, a qual virá beneficiar a regularização nas titulações de terras de proprietários rurais.

O aspecto legal e constitucional da matéria foi devidamente apreciada pela douta Comissão de Constituição e Justiça, através de parecer constante do processo, opinando-se favoravelmente à sua aprovação.

Analisando-se o aspecto financeiro, a que é chamada a opinar esta Comissão de Finanças, não encontrando óbice algum que possa impedir a sua tramitação normal por esta Casa, de vez que se trata de matéria de alto alcance social, que possibilitará, a baixo custo para os pequenos proprietários rurais, regularizar a titulação de terras no Estado, evitando-se o êxodo rural e fixando o homem ao campo.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

Curitiba, segunda, em 17/09/84

Sala das Comissões, em 10 de maio de 1984.

(aa) ERVIN BONKOSKI — Presidente

EZEQUIAS LOSSO — Relator

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 237/83, de autoria do Deputado FERRARI JÚNIOR, que denomina "RODOVIA URBANO PEDRONI", a PR-467, que interliga os Municípios de Presidente Castelo Branco, Florai e São Carlos do Ivaí. Com Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. - Encerrada a discussão. (Publicado no D.O. n.º 145, de 24/11/83).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 237/83

PARECER:

O projeto de lei em exame, de autoria do nobre Deputado Ferrari Júnior, tem como objetivo dar a denominação de Rodovia Urbano Pedroni, que liga os Municípios de Presidente Castelo Branco, Florai e São Carlos do Ivaí.

A justificativa que acompanha o projeto nos dá conta que o Sr. Urbano Pedroni, foi Prefeito do Município de Florai, tendo vivido naquela cidade desde 1958, com uma intensa atividade política e social, que lhe grangeou inúmeros amigos e admiradores.

Sua morte trágica, ocorrida nas proximidades de Ponta Grossa, ao retornar de Curitiba após reunião de Prefeitos com o Governador do Estado, enlutou a região.

Nestas condições, por se tratar de medida que tem como finalidade reverenciar a memória de um grande homem público, e não havendo lesão a qualquer dispositivo constitucional ou legal, somos pela aprovação.

Sala das Sessões, em 08 de dezembro de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente

ARTAGÃO MATTOS LEÃO — Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI N.º 237/83

PARECER:

Pretende o Deputado Ferrari Júnior, com a proposição homenagear o Sr. Urbano Pedroni, oferecendo ao trecho da Rodovia PR-467, que interliga os Municípios de Presidente Castelo Branco, Florai e São Carlos do Ivaí, a denominação de Rodovia Urbano Pedroni.

Quanto ao mérito, trazendo-se na justificativa apresentada, parece-nos, salvo melhor juízo, que a homenagem pretendida e das mais justas, pois o Sr. Urbano Pedroni, a quem se pretende homenagear, foi em vida pessoa honesta e dedicada ao trabalho, mas também e principalmente, expandiu o seu projeto de vida com uma constante e ativa participação política, onde foi Vereador e Prefeito Municipal de Florai.

Assim sendo, somos favoráveis à aprovação do projeto de lei em questão.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 22 de maio de 1984.

(aa) EDUARDO BAGGIO — Presidente

ACIR MEZZADRI — Relator

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 23/84, de autoria do Deputado ROBERTO REQUIÃO e OUTROS, que estabelece índices para o aumento de tributos no Estado do Paraná, conforme especifica e dá outras providências. Com Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. - Encerrada a discussão. (Publicado no D.A. n.º 10, de 22/03/84).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 23/84

PARECER:

De autoria do ilustre Deputado Roberto Requião, objetiva o presente plano de lei estabelecer índices para o aumento de tributos no Estado do Paraná, conforme especifica.

Estabelece, com efeito, a Constituição Estadual, em seu artigo 25, § 1.º, letra a, que a iniciativa de leis que disponham sobre matéria financeira é da competência exclusiva do Governador do Estado.

Entretanto, forçoso é reconhecer o mérito do projeto, no que respeita à proposta de soluções para os desencontros da atual política tributária.

Dessa forma, somos de opinião que se deva abstrair do vício de origem do projeto, por inverter a ordem constitucional a fim de que a sanção governamental, caso interesse à Administração, venha a contervê-lo em lei.

Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 10 de abril de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente

TADEU LÚCIO MACHADO — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N.º 23/84

PARECER:

Visa o projeto em pauta, através dos artigos 1.º e 2.º, disciplinar o aumento de tributos e tarifas de execução de serviços sob concessão ou permissão do Estado, cujos índices estão especificados, respectivamente.

No que pese o estabelecido pelo Art. 25, § 1.º, alínea a, que determinou a competência para a iniciativa do processo legislativo para matéria financeira, a Comissão de Constituição e Justiça manifestou-se favoravelmente à aprovação, porque a proposta busca soluções para os desencontros da atual política tributária.

Também quanto ao aspecto financeiro, entendemos que o presente plano é de inteira justiça, haja vista que ao Estado cabe estabelecer uma política tributária mais consentânea com a realidade econômica. Ao Estado cabe suportar os resultados de uma arrecadação menos gravante em benefício de seus concidadãos.

Somos pois, pela aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 18 de junho de 1984.

(aa) ERVIN BONKOSKI — Presidente

HOMERO OGUIDO — Relator

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 30/84, de autoria do Poder Executivo, (Mensagem n.º 69/84), que objetiva autorizar o Poder Executivo doar à Sociedade Filantrópica Humanitas, de São Jerônimo da Serra, o lote n.º 4, da Gleba 2, segunda parte da Colônia São Jerônimo, situada no Município de São Jerônimo da Serra, com área de 64,2 hectares. Com Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.T.I.C., por unanimidade. — Encerrada a discussão. (Public. no D.A. n.º 10, Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 30/84

PARECER:

O presente plano de lei oriundo de mensagem

governamental, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo doar à Sociedade Filantrópica Humanitas, de São Jerônimo, situada no Município de São Jerônimo da Serra, com área de 64,2 hectares, e dá outras providências.

A matéria está devidamente justificada através da Mensagem 69/84, que capea a cópia do Parecer 252/83, do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná, onde são detalhados os motivos que revestem a medida que vem a esta Casa para a necessária aprovação legislativa.

Legal e constitucionalmente, não há qualquer óbice que possa impedir a sua normal tramitação por esta Casa.

Nestas condições o nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua Aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 03 de maio de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente
HERMAS BRANDÃO — Relator

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E
COLONIZAÇÃO
PROJETO DE LEI N.º 30/84

PARECER:

O Sr. Governador do Estado, através da Mensagem Governamental n.º 69/84, objetiva autorizar o Poder Executivo doar à Sociedade Filantrópica Humanitas, de São Jerônimo da Serra, o lote n.º 4, da Gleba 2, segunda parte da Colônia São Jerônimo, situada no referido município, com área de 64,2 hectares.

Estabelece ainda que a donatária ficará obrigada a preservar 25 por cento da área total do imóvel em matas nativas, a ser designada pelo ITC, e gravada ainda com a cláusula de inalienabilidade pelo qual a área retornará ao domínio do Estado do Paraná, caso a Sociedade venha a se extinguir.

Sobre a constitucionalidade do projeto, já houve o pronunciamento da douta Comissão de Constituição e Justiça, a qual, analisando o plano de lei apresentado, opinou favoravelmente.

No âmbito desta Comissão de Terras, Imigração e Colonização, temos que o objetivo alegado na justificativa apresentada pela Procuradoria Jurídica do ITC, nos convence da oportunidade do projeto, bem como o mesmo irá atender aos interesses da Sociedade e também do Município de São Jerônimo da Serra.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua Aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 22 de maio de 1984.

(aa) JOSÉ ANTÔNIO FONSECA — Presidente
ORLANDO PESSUTI — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 55/84, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que assegura a incorporação aos proventos de que trata o Art. 2.º da Lei n.º 7.507, de 15/10/81, aos professores que tenham recebido gratificação de Regência de Classe durante três períodos letivos consecutivos, na forma que especifica. Com Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — Encerrada a discussão. (Public. no D.A. n.º 19, de 05/04/84).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 55/84

PARECER:

Intenta o ilustre Deputado Anibal Khury, com o presente projeto de sua autoria, “sanar uma injustiça cometida para com os professores que, havendo exercido regência sob a égide da legislação anterior, deixaram de levar para a aposentadoria a gratificação correspondente”, porque no regime anterior o período de férias não se computava para tal fim.

Atento, embora, ao preceito constitucional que estabelece que a iniciativa de lei que dispõe sobre vantagens dos servidores públicos e seu regime jurídico, é da competência exclusiva do Chefe do Executivo, somos, todavia, inclinados a abstrair do vício de origem a fim de que a possível sanção governamental venha a transformar em lei o presente desiderato.

Em tais condições, nosso parecer é Favorável à Aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 08 de maio de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente;
ARTAGÃO MATTOS LEÃO — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N.º 55/84

PARECER:

Com o presente plano de lei, pretende o ilustre Deputado Anibal Khury, sanar uma injustiça cometida para com os professores que, havendo exercido regência sob a égide da legislação anterior, deixaram de levar para a aposentadoria a gratificação correspondente, porque no regime anterior o período de férias não se computava para tal fim.

A matéria, no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, mereceu da douta Comissão parecer Favorável.

Portanto, no âmbito desta Comissão de Finanças, não poderíamos deixar de permitir a normal tramitação do projeto pelos demais órgãos desta Casa.

Nestas condições, nosso parecer é Favorável.
É o Parecer.

Sala das Comissões, em 18 de junho de 1984.

(aa) ERVIN BONKOSKI — Presidente
EZEQUIAS LOSSO — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 84/84, (Mensagem n.º 31/84, ex-Proposição n.º 34/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado em 06/05/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de SÃO JOÃO DO CAIUÁ, objetivando adoção de ação conjunta com vistas à execução do PROSAFRAS/83. — Encerrada a discussão.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 85/84, (Mensagem n.º 49/84, ex-Proposição n.º 85/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado em 10/08/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando execução de obras públicas, em conformidade com o PRODOPAR. — Encerrada a discussão.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 86/84, (Mensagem n.º 51/84, ex-Proposição n.º 60/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado em 05/01/84, através da Secretaria do Planejamento, com interveniência da SUDESUL e os Municípios que especifica, objetivando execução de obras de controle sanitário. — Encerrada a discussão.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 87/84, (Mensagem n.º 33/84, ex-Proposição n.º 36/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios de AMAPORÁ, em 13/10/83, e SAPOPEMA, em 08/07/83, objetivando execução de obras para recuperação ou construção de pontes. — Encerrada a discussão.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 88/84, (Mensagem n.º 46/84, ex-Proposição n.º 89/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando execução de obras para recuperação de estradas. — Encerrada a discussão.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 89/84, (Mensagem n.º 124/83, ex-Proposição n.º 125/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que revigora Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e os Municípios que especifica, visando execução de obras convencionadas. — Encerrada a discussão.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 90/84, (Mensagem n.º 29/84, ex-Proposição n.º 32), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira n.º 284/84, celebrado em 08/07/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de SANTA HELENA, objetivando execução de obras para recuperação ou construção de pontes. — Encerrada a discussão.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 91/84, (Mensagem n.º 32/84, ex-Proposição n.º 35/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira 79/83, celebrado em 09/05/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de ENÉAS MARQUES, objetivando adoção de ação conjunta com vistas à execução de PROSAFRAS/83. — Encerrada a discussão.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 92/84, (Mensagem n.º 130/83, ex-Proposição n.º 52/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado em 08/07/83, entre o Governo do Estado, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios de LONDRINA e MAMBORÉ, objetivando execução de obras para recuperação ou construção de pontes. — Encerrada a discussão.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 93/84, (Mensagem n.º 132/83, ex-Proposição n.º 53/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrados em 08/07/83, entre o Governo do Estado, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando execução de obras para recuperação ou construção de pontes. — Encerrada a discussão.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 94/84, (Mensagem n.º 56/84, ex-Proposição n.º 61/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Termo de Convênio entre o Estado do Paraná e os Municípios adiante mencionados, objetivando execução de obras de controle da erosão, em conformidade com o PRONOROESTE. — Encerrada a discussão.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 95/84, (Mensagem n.º 76/84, ex-Proposição n.º 76/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando execução de obra para recuperação de estradas. — Encerrada a discussão.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 97/84, de autoria do Deputado NILSO SGUAREZI e OUTROS, que denomina "JARDIM 25 DE ABRIL" o Jardim Suspenso do Anexo da Assembléia Legislativa, conforme especifica. Com Parecer Favorável da C.C.J., por maioria. — Encerrada a discussão. (Public. no D.A. n.º 28, de 24/04/84).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 97/84

PARECER:

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Nilso Sguarezi, pretende denominar "Jardim 25 de Abril" o Jardim Suspenso do Anexo da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

No Art. 2.º, quer também o projeto que, Sessão Solene Especial seja realizada todos os anos, pela Assembléia Legislativa, para comemoração desta data histórica.

Não há impedimento legal ou constitucional que possa obstar a tramitação do presente plano de lei, por esta Casa.

Sendo assim, o nosso Parecer é Favorável.

Sala das Comissões, em 06 de junho de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente;
CAÍTO QUINTANA — Relator

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 101/84, (Mensagem n.º 101/84, ex-Proposição n.º 100/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Termos de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados em 08/12/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando execução de obras para recuperação ou construção de pontes. — Encerrada a discussão.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 102/84, (Mensagem n.º 98/84, ex-Proposição n.º 103/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que

aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado em 08/12/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de BOA VISTA DA APARECIDA, objetivando execução de obras para recuperação ou construção de pontes. — Encerrada a discussão.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 103/84, (Mensagem n.º 95/84, ex-Proposição n.º 106/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Termos de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados entre o Estado do Paraná, em 08/12/83, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando execução de obras para recuperação de estradas. — Encerrada a discussão.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 104/84, (Mensagem n.º 94/84, ex-Proposição n.º 107/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Convênios celebrados em 19/03/84, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e os Municípios que especifica, objetivando execução de obras de controle da erosão urbana, conforme PRONOROESTE. Encerrada a discussão.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 105/84, (Mensagem n.º 99/84, ex-Proposição n.º 102/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios relacionados, objetivando execução de obras para recuperação de estradas. — Encerrada a discussão.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 106/84, (Mensagem n.º 93/84, ex-Proposição n.º 108/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento com participação da COMEC e Municípios que especifica, objetivando aplicação de recursos financeiros dos programas que especifica. — Encerrada a discussão.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 109/84, (Mensagem n.º 106/84, ex-Proposição n.º 115/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova os Termos de Convênios celebrados em 12/04/84, entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Planejamento e os Municípios que especifica, com participação da FAMEPAR, objetivando aplicação de recursos financeiros vinculados ao “Programa de Mobilização Energética”. — Encerrada a discussão.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 110/84, (Mensagem n.º 103/84, ex-Proposição n.º 99/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado em 31/12/83, entre o Governo do Estado, através da Secretaria dos Transportes e o Município de PIÊN, objetivando execução de obras para recuperação ou construção de pontes. — Encerrada a discussão.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 111/84,

(Mensagem n.º 100/84, ex-Proposição n.º 101/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado entre o Governo do Estado, em 08/12/83, através da Secretaria dos Transportes e o Município de TAMBOARA, objetivando execução de obras para recuperação ou construção de pontes. Encerrada a discussão.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 112/84, (Mensagem n.º 96/84, ex-Proposição n.º 105/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando melhorias das condições operacionais nos aeroportos daqueles municípios. — Encerrada a discussão.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 114/84, (Mensagem n.º 97/84, ex-Proposição n.º 104/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrados entre o Governo do Estado, em 08/12/83, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando execução de obras para recuperação de estradas. — Encerrada a discussão.

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 150/84, Veto Aposto ao Projeto de Lei n.º 243/83, de autoria do Deputado TADEU FRANÇA, que dá nova redação ao “caput” do inciso XVII, do Art. 1.º, da Lei n.º 4245, de 25/07/60, conforme especifica. (Denomina IVATUBA o atual Município de IVATUBA). Com Parecer da C.C.J., considerando em condições de ser apreciado pelo Plenário, por unanimidade. — Encerrada a discussão.

Of. n.º DTL/86/84.

Curitiba, 06 de agosto de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n.º 69/84, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição que me confere o art. 47, inciso III, e na conformidade do disposto no § 1.º, do art. 28, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n.º 243/83, tendo em vista que a pretendida correção da grafia do nome do Município de Ivatuba, na Lei n.º 4245, de 25 de julho de 1960, já foi procedida através da Lei n.º 4.866, de 12 de maio de 1964.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que em anexo restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHA
Governador do Estado

O Projeto de Lei n.º 243/83, encontra-se publicado no D.A. n.º 138/83, de 05/12/83.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO N.º 150/84

PARECER:

A presente proposição é oriunda do Veto Governamental a projeto de lei aprovado por esta Casa, de autoria do nobre

Deputado Tadeu França, que visa dar nova redação ao "caput" do inciso XVII, do Art. 1.º, da Lei n.º 4245, de 25/07/60, conforme específica. Projeto de Lei n.º 243/83.

Analisando-se a matéria, temos que:

- I — O veto foi apresentado dentro do prazo constitucional;
- II — As razões estão devidamente fundamentadas através do Ofício n.º 86/84, com as quais concordamos.

Nestas condições, a proposição está em condições de ser encaminhada à consideração do Plenário.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 22 de agosto de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente;
TADEU LÚCIO MACHADO — Relator

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 151/84, Veto Aposto ao Projeto de Lei n.º 216/83, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que dá nova redação ao inciso III e ao § 3.º do Art. 140 da Lei n.º 6174, de 16/11/70, conforme específica. (Aposentadoria a funcionários que tenham exercido cargo de Diretoria em Órgão da Administração Direta e Indireta do Estado). Com Parecer da C.C.J., considerando em condições de ser apreciado pelo Plenário, por unanimidade. Encerrada a discussão.

Of. n.º DTL/83/84.

Curitiba, 06 de agosto de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n.º 85/84, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição que me confere o Art. 47, inciso III, e na conformidade do disposto no § 1.º, do art. 28, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei Complementar n.º 216/83, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

O autógrafo tem por objetivo alterar a redação do item III e do § 3.º, ambos do Art. 140, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970 (Estatuto dos Funcionários Civis do Estado).

O veto apostado ao projeto de lei em exame é devido à sua indiscutível inconstitucionalidade, pois fere frontalmente o preceito constante do art. 25, § 1.º, alínea "c" da Constituição do Estado, segundo o qual é da competência exclusiva do Governador do Estado iniciar processo legislativo de leis que disponham sobre servidores públicos do Estado e seu regime jurídico.

Ademais, convém ressaltar que a inconstitucionalidade acima argüida atinge maior expressão em face do disposto no Art. 35, da Carta Estadual, que confere, ainda, ao Governador do Estado, a competência exclusiva para propositura de leis que "abram créditos, fixem vencimentos e vantagens dos servidores públicos, concedam subvenção, auxílio ou de qualquer modo, autorizem, criem ou aumentem a despesa pública".

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa de Leis.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ — Governador do Estado

(O Projeto de Lei n.º 216/83, encontra-se publicado no D.A. n.º 13/84, de 28/03/84, em 1.ª Discussão).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO N.º 151/84

PARECER:

A presente Proposição é oriunda de veto governamental ao Projeto de Lei n.º 216/83, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, e aprovado por esta Casa, que dá nova redação ao inciso III e § 3.º do Art. 140, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, conforme específica.

Analisando-se a matéria, temos que:

- I — O veto foi apresentado dentro do prazo constitucional;
- II — As razões estão devidamente fundamentadas através do Ofício n.º 83/84.

Nestas condições, a Proposição está em condições de ser encaminhada à consideração do Plenário.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 22 de agosto de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente
TADEU LÚCIO MACHADO — Relator

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Odeni Mongruel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Wallace Pina, ocorrido no Município de Ponta Grossa. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do sr. Wallace Pina, ocorrido no dia 17 de setembro do corrente ano, no Município de Ponta Grossa. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Donato Gulin, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antenor Ribas Camargo, ocorrido no dia 10 de setembro do corrente ano, nesta Capital. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Acir Mezzadri, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Leopoldo J. Kayser, ocorrido no dia 10 de setembro do corrente ano, no Município de Campo Largo. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de louvor a Sra. Diretora, Professoras, alunos e pais de alunos do Colégio Prof. Ricardo Von Borell Du Vernay, pela realização do movimento que integra a comunidade àquele educandário. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Superintendente do IPE, por intermédio da Secretaria da Administração, objetivando a criação e instalação de uma agência no Município de Quinta do Sol. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo

estudos no sentido de determinar modificação no trevo localizado na Rodovia PR-317 (Campo Mourão - Maringá), que serve de acesso à rodovia PR-082, no sentido Quinta do Sol - Fênix. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, encarecendo estudos para a criação e instalação de um Distrito Judiciário no Distrito Administrativo de Rancho Alegre no Município de Goioerê. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor-Presidente da COPEL, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo técnicos para proceder uma completa revisão do sistema de distribuição de energia elétrica no Município de Janiópolis. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Sra. Diretora Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo a liberação de recursos financeiros para construção de salas de aula em substituição às existentes da Escola Rural Princesa Izabel, no Município de Janiópolis. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a liberação de recursos financeiros para aquisição de combustível para o parque de máquinas da Prefeitura do Município de Araruna. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, objetivando o recapeamento asfáltico do primeiro acesso rodoviário existente ao longo da BR-317, no sentido de Maringá até o perímetro urbano do Município de Peabiru. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo o cascalhamento da estrada que liga o Distrito de Bela Vista do Ivaí do Município de Fênix. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente a Sra. Diretora Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, visando a liberação de carteiras escolares para os estabelecimentos escolares da zona rural do Município de Janiópolis. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Interior, encarecendo para que sejam anistiadas as dívidas dos proprietários que participaram do Projeto de Eletrificação Rural. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ferrari

Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Bancada dos Srs. Deputados Federais pelo Paraná, apresentando sugestões sobre o projeto atinente à classe dos Contabilistas, que se acha na Comissão de Economia da Câmara Federal. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Antônio Fonseca, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Interior, pleiteando a instalação de um sistema de abastecimento de água no Distrito de Aparecidinha, no Município de São Miguel do Iguaçu. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, visando a pavimentação asfáltica da BR-272, no trecho que liga Campo Mourão a Barbosa Ferraz, passando pelo Rio da Várzea num total de 28 km. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, visando estabelecer o serviço complementar entre os Municípios de Santa Cruz do Monte Castelo e Curitiba, de acordo com o Art. 53, incisos I e II, do Decreto 5246/74, do Regulamento dos Serviços de Transporte de Passageiros do Estado do Paraná. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Tancredo Neves, candidato à Presidência da República pela Aliança Democrática, pleiteando a inclusão em suas diretrizes de Governo, a Nova Regulamentação na sistemática de distribuição de recursos pertencentes aos Estados e Municípios. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tuguio Setogutte, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Sr. Miguel Carlos Riella, pela Presidência da Fundação de Amparo à Pesquisa em Enfermidades Renais e Metabólicas, nesta Capital. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Sr. José Carlos Gomes de Carvalho, pela posse na nova Diretoria da Associação Brasileira dos Distribuidores de Veículos Automotores. - ABRAVE. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Sr. José Carlos Gomes de Carvalho, na Presidência da Associação Brasileira dos Distribuidores de Veículos Automotores. - ABRAVE. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Alencar Furtado, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e do Bem-Estar Social, pleiteando a implantação de Núcleo Regional do Instituto de Assistência ao Menor, no Município de Paranavaí. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, constante do expediente, solicitando o envio de apelo às Lideranças Partidárias do Congresso Nacional, no sentido de que o estatuto das microempresas, encaminhado pelo Excelentíssimo Sr. Presidente da República, seja aprovado com a máxima urgência. — Encerrada a discussão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 19, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

4.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 124/83.

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 93, 125, 198 e 202/84.

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 120/84.

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei Complementar n.ºs 27 e 164/84.

e dos Projetos de Lei n.ºs 64, 65, 93, 145, 150, 169, 195, 203, 224, 237/83, 23, 30, 55/84 e dos Projetos de Resolução n.ºs 84 a 95, 97, 101 a 106, 109 a 112, e 114/84.

EM VOTAÇÃO

DISCUSSÃO ÚNICA — das Proposições n.ºs 150 e 151/84.

1.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 04, 60 a 78, 80 a 83/84.

Levanta-se a Sessão.

FUNDO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DO PARLAMENTAR — FEPPA

BALANCETE

ENCERRADO EM 31 DE AGOSTO DE 1984.

ATIVO		PASSIVO	
DISPONÍVEL		EXIGÍVEL	
Caixa	8.695.030,00	Seguros a Recolher	1.707.380,00
Bco. Estado Paraná - C/C 3138	4.025.079,18	Títulos Descontados	780.000.000,00
Bco. Estado Paraná - C/C 29600	4.039.580,96		781.707.380,00
	16.759.690,14		
REALIZÁVEL		PATRIMÔNIO	
Bco. Estado Paraná - Poupança	1.167.341.145,31	Patrimônio Líquido	676.585.397,46
Cx. Econômica Fed. Poupança	104.175.777,68		
Valores Mobiliários	608.260.972,20	RECEITA	
Empréstimos Concedidos	45.110.722,42	Renda de Contribuições	601.364.017,00
Títulos a Receber	780.000.000,00	Renda de Títulos	761.985.902,37
	2.704.888.717,61	Juros de Empréstimos	27.550.062,79
		Outras Rendas	20.269.450,98
			1.411.169.433,14
IMOBILIZADO			
Móveis e Utensílios	30.100,00		
DESPESA			
Inativos	143.859.883,00		
Serviços de Terceiros	703.651,00		
Materiais de Consumo	325.000,00		
Seguros	224.695,00		
Despesas Bancárias	1.601.637,85		
Representações	1.068.936,00		
	147.783.802,85		
TOTAL DO ATIVO	2.869.462.210,60	TOTAL DO PASSIVO	2.869.462.210,60

Reconhecemos a exatidão do presente balancete cujos valores somam a importância de Cr\$ 2.869.462.210,60 (dois bilhões, oitocentos e sessenta e nove milhões, quatrocentos e sessenta e dois mil, duzentos e dez cruzeiros e sessenta centavos).

Tércio Alves Albuquerque
TESOUREIRO

Antonio Martins Annibelli
PRESIDENTE

Vicente Paschoal Rodacki
CONTADOR CRC PR 6635